

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
UNIDADE DE PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

MARCELA MENDES

AS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO NA PERSPECTIVA DA GESTÃO
PARTICIPATIVA ENTRE CEETEPS E SENATI

São Paulo

Fevereiro/2019

MARCELA MENDES

AS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO NA PERSPECTIVA DA GESTÃO
PARTICIPATIVA ENTRE CEETEPS E SENATI

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional, sob a orientação da Professora Dra. Ivanete Bellucci Pires de Almeida.

São Paulo

Fevereiro/2019

FICHA ELABORADA PELA BIBLIOTECA NELSON ALVES VIANA
FATEC-SP / CPS – CRB8-8281

Mendes, Marcela
M538p As políticas de internacionalização da educação profissional e tecnológica: um estudo de caso na perspectiva da gestão participativa entre CEETEPS e SENATI / Marcela Mendes. – São Paulo: CPS, 2019.
100 f. : il.

Orientadora: Profª. Dra. Ivanete Bellucci Pires de Almeida
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional) - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2019.

1. Educação profissional. 2. Internacionalização. 3. Gestão escolar. I. Almeida, Ivanete Bellucci Pires de. II. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. III. Título.

MARCELA MENDES

AS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO NA PERSPECTIVA DA GESTÃO
PARTICIPATIVA ENTRE CEETEPS E SENATI

Profa. Dra. Ivanete Bellucci Pires de Almeida
Orientadora

Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar
Membro

Profa. Dra. Sueli Soares dos Santos Batista
Membro

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

Para Diego, Catarina e Isadora, apoio e amor incondicionais.
E para Pedro (*in memoriam*) e Marizilda, que me guiaram na vida.

AGRADECIMENTOS

Essas poucas linhas não serão suficientes para expressar meus sinceros agradecimentos às pessoas que me auxiliaram nesta jornada acadêmica, mas tentarei. Primeiramente, agradeço ao meu marido e filhas, meu querido pai (que me acompanha em pensamentos e no coração, sempre), minha mãe guerreira, minha sogra (que cuidou de minhas pequenas enquanto eu estudava) e minhas irmãs (especialmente Fernanda, com seu providencial Espanhol). Minha família, minha base.

Agradeço também à quem me auxiliou no início, quando dei o primeiro passo em direção ao Mestrado: Profa. Me. Sônia Mardelei Rodrigues Charpentier e seu posicionamento fundamental em meio à crise que experimentei.

À minha querida amiga Renata Moreira Melo que, acompanhando as inúmeras dificuldades nesse meu caminhar, sempre tinha uma palavra de incentivo e tranquilidade.

Às amigas de sempre, da vida toda, que torceram por mais esta conquista. Imagino que nem saibam o quanto foram importantes os momentos em que se interessaram e me ouviram falar sobre minha dissertação e minhas dificuldades: Vivian Salvador, Torgana Mendes, Lucimara Santini, Camila Rizardi, Caroline Tuão, Adriana Alves, Esther Oliveira, Aline Silva e Amábile Mônico. Amo vocês.

À Camila Maria Bueno Souza, Coordenadora de Projetos na Assessoria de Relações Internacionais do CEETEPS, profissional competente e que não mediu esforços para me auxiliar na realização da pesquisa junto ao SENATI. Ao Professor Me. Décio Moreira, diretor da FATEC São Paulo e sua equipe, tão prestativos e solícitos. À Professora Magaly Briones Rendón, Coordenadora Acadêmica da Escuela de Postgrado Tecnológico do SENATI. Sem o auxílio de todos estes profissionais a pesquisa não seria possível.

Aos meus colegas de mestrado, que tornaram os dias mais leves com a partilha de nossos conhecimentos e anseios. Em especial aos colegas Gilson Rede, Aline Sgarlata, Lílian Amatucci e Lucio Nunes, com suas contribuições especiais para meu trabalho.

Aos Professores Dra. Sueli Soares dos Santos Batista e Dr. Luis Enrique Aguilar, Banca de Avaliação e contribuição ímpar para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço, ainda, à Professora Dra. Marília Marcolin de Azevedo, sempre solícita e prestativa em momentos de fundamental importância.

Por fim, minha lembrança e agradecimento especial à Professora Dra. Ivanete Belucci Pires de Almeida, que acreditou em mim quando tantos disseram que eu não poderia. Obrigada por partilhar comigo seus conhecimentos e me orientar nessa jornada. Não tenho como agradecê-la.

Não existem fronteiras nítidas entre a apropriação do saber e o desenvolvimento da consciência crítica, já que são coisas que não se excluem, mas que se completam mutuamente.

RESUMO

MENDES, Marcela. **As Políticas de Internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica:** um Estudo de Caso na Perspectiva da Gestão Participativa entre CEETEPS e SENATI. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2018.

A pesquisa é uma análise sobre as políticas de internacionalização e gestão participativa em instituições de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil e Peru: os casos do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) e do Serviço Nacional de Adestramento Industrial (SENATI). Procurou-se investigar se existe analogia ou correlação entre Instituição de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, em São Paulo (FATEC São Paulo), e Instituição de Educação Profissional e Tecnológica do Peru (SENATI de Lima), em termos de democratização e gestão participativa da escola. A existência de correlação ou analogia entre ambas as instituições supõe o exercício comparativo. Pesquisas realizadas por órgãos governamentais, nos dois países, sugerem a pequena participação dos alunos na gestão escolar e em Instituições Estudantis, tais como Grêmios Escolares ou Centros Acadêmicos, Associações de Pais e Mestres, Conselhos de Escola e Congregações. Os resultados da pesquisa demonstraram que a participação estudantil, de fato, atinge proporções muito pequenas em ambos os casos estudados e que é preciso descentralizar a gestão escolar para dar voz à comunidade. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com análise documental e bibliográfica e o estudo de caso enquanto estratégia de investigação. A estrutura do trabalho compreendeu cinco diferentes capítulos, que tratarão sobre as Políticas de Internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica, a Gestão Escolar Participativa, a organização da Educação no Peru e Brasil, além da caracterização das instituições pesquisadas e posterior apresentação das análises e resultados da pesquisa.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Internacionalização. Gestão Escolar Participativa. Democracia.

ABSTRACT

MENDES, Marcela. **As Políticas de Internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica**: um Estudo de Caso na Perspectiva da Gestão Participativa entre CEETEPS e SENATI. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2018.

The research is an analysis of the policies of internationalization and participatory management in institutions of Professional and Technological Education in Brazil and Peru: the cases of the Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) and the Serviço Nacional de Adestramento Industrial (SENATI). We sought to investigate if exists an analogy or correlation between the Institution of Professional and Technological Education of Brazil, in São Paulo (FATEC São Paulo), and Institution of Professional and Technological Education of Peru (SENATI de Lima), in terms of democratization and participatory management from school. The existence of correlation or analogy between both institutions presupposes the comparative exercise. Research carried out by government agencies in both countries suggests the small participation of students in school management and in Student Institutions, such as School Grads or Academic Centers, Parent and Teacher Associations, School Councils and Congregations. The results of the research demonstrated that student participation, in fact, reaches very small proportions in both cases studied and that it is necessary to decentralize school management to give voice to the community. This is a qualitative research, with documental and bibliographic analysis and the case study as a research strategy. The work structure comprises five different chapters, which will deal with the Internationalization Policies of Professional and Technological Education, Participatory School Management, the organization of Education in Peru and Brazil, as well as the characterization of the researched institutions and subsequent presentation of the analysis and results of the search.

Keywords: Professional and Technological Education. Internationalization. Participative School Management. Democracy.

RESUMEN

MENDES, Marcela, **Las políticas de internacionalización de la Educación Profesional y Tecnológica**: un estudio de caso en la perspectiva de la Gestión Participativa entre CEETEPS y SENATI. 100 f. Tesina de la Maestría Profesional en Gestión y Desarrollo de la Educación Profesional. Centro Provincial de Educación Tecnológica Paula Souza, San Pablo, 2019

Esta investigación es un análisis de las políticas de internacionalización y gestión participativa en instituciones de Educación Profesional de Brasil e Perú: los casos del Centro Estadual Paula Souza (CEETEPS) e do Servicio Nacional de Adiestramiento Industrial (SENATI). Se buscó investigar si existe analogía o correlación entre: Institución de Educación Profesional y Tecnológica de Brasil, en San Pablo (FATEC, San Pablo) e Institución de Educación Profesional y Tecnológica de Perú (SENATI, Lima), en términos de democratización y gestión participativa de la escuela. La existencia de correlación o analogía entre ambas instituciones supone el ejercicio comparativo. Investigaciones realizadas por órganos gubernamentales, en los dos países, sugieren una pequeña participación de los alumnos en la gestión escolar y en instituciones estudiantiles, tales como Gremios Escolares o Centros Académicos, Asociaciones de Padres y Docentes, Consejos Escolares y Congregaciones. Los resultados de la investigación demostraron que la participación estudiantil, de hecho, alcanza proporciones muy pequeña en ambos casos estudiados y que es necesario descentralizar la gestión escolar para dar voz a la comunidad. Se trata de una investigación de naturaleza cualitativa, con análisis documental, bibliográfico y estudio de casos como estrategia de investigación. La estructura del trabajo comprende cinco diferentes capítulos, que tratan sobre las Políticas de Internacionalización de la Educación Profesional y Tecnológica, la Gestión Escolar Participativa, la organización de la Educación en Perú y Brasil, además de la caracterización de las instituciones y posterior presentación de los análisis y resultados de la investigación.

Palabras Claves: Educación Profesional y Tecnológica – Internacionalización – Gestión Participativa – Democracia.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual de Instituições de Ensino Superior participantes da pesquisa sobre Internacionalização do Ensino	22
Tabela 2 – Participação Atual, Passada e Não Participação – Entidades, Grupos e Movimentos (em%)	42
Tabela 3 – Percepção quanto à Informação e Participação Política (em%)	43
Tabela 4 – Participação em Associações e Entidades (em%)	45
Tabela 5 – Categorias de Análise	68
Tabela 6 – Percepção quanto ao Modelo de Gestão Escolar (Ensino Médio)	69
Tabela 7 – Acesso ao Grupo de Gestão Escolar (Ensino Médio)	69
Tabela 8 – Participação do Grupo de Gestão Escolar (Ensino Médio)	70
Tabela 9 – Oportunidade de Participação (Ensino Médio)	70
Tabela 10 – Acesso ao Grupo de Gestão da Instituição (Ensino Superior)	71
Tabela 11 – Participação Efetiva dos Alunos na Gestão Escolar (Ensino Médio)	73
Tabela 12 – Participação Efetiva dos Alunos no Ensino Superior	74
Tabela 13 – Compreensão do Tema Internacionalização da Educação	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação em Associações Estudantis, Grêmios ou Centros Acadêmicos (em%)	46
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dados Estatísticos do Peru	56
Figura 2 – Ciclos da Educação no Peru	57
Figura 3 – Sistema Educativo do Peru	58
Figura 4 – Organograma Educação no Peru	59
Figura 5 – FATECs por Região Administrativa	63
Figura 6 – Sedes do SENATI no Peru	65
Figura 7 – Linha do Tempo CEETEPS/SENATI	66

LISTA DE SIGLAS

APM	Associação de Pais e Mestres
CE	Conselho de Escola
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
COGEP	Comissão de Gestão Participativa
CETPRO	Centros de Educação Técnico Produtiva
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETP	Educação Técnico Produtiva
ETEC	Escola Técnica
FATEC	Faculdade de Tecnologia
IAU	Associação Internacional de Universidades
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IEST	Institutos e Escolas de Educação Superior Tecnológica
INEI	Instituto Nacional de Estadística e Informática do Peru
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PPP	Projeto Político Pedagógico
SENATI	Serviço Nacional de Treinamento em Trabalho Industrial
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 AS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	20
2 GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA: CONCEITOS E VISÕES	26
2.1 Participação Comunitária nas Decisões Escolares	34
2.1.1 Projeto Político Pedagógico.....	37
2.1.2 Grêmios Estudantis	39
2.1.3 Conselho de Escola	47
2.1.4 Associação de Pais e Mestres e outras Possibilidades de Participação na Escola	50
2.1.5 Congregações das FATECs	53
2.1.6 Centros Acadêmicos, Associações Atléticas e Empresa Junior	54
3 ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: OS CASOS DO BRASIL E PERU ...	56
3.1 Ambiente das Instituições Pesquisadas	63
4 RESULTADOS E ANÁLISES	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICE A	82
APÊNDICE B	83
APÊNDICE C	87
APÊNDICE D	88
ANEXO A	92
ANEXO B	93
ANEXO C	94
ANEXO D	96

INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição social e, como tal, desempenha papéis fundamentais no desenvolvimento humano. É espaço de socialização, é espaço de conhecimento, de troca de saberes, de novas experiências, de descobertas. Deverá ser, também, espaço de desenvolvimento da autonomia e consciência do aluno. Ele se descobrirá cidadão crítico na medida em que compreender seu papel na sociedade e puder, na mesma proporção, participar ativamente do processo de tomada de decisões nos espaços em que vive, dentre eles a escola.

De acordo com Libâneo (2011), o próprio conceito de participação está fundamentado no princípio da autonomia que, em suas palavras significa *a capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação de si próprios, isto é, para a condução da própria vida.*

Será o modelo de gestão escolar adotado que permitirá a participação necessária ao aluno nas questões escolares, para o desenvolvimento de sua autonomia, bem como indicará se há, de fato, democracia nas relações ali estabelecidas com toda a comunidade escolar, no que tange aos processos administrativos e solução das questões locais.

A participação do aluno é relevante para seu desenvolvimento durante todo o processo educativo, desde a educação infantil até a superior, em todos os seus níveis e modalidades.

A presente pesquisa tem como objetivo geral a realização de um estudo de caso múltiplo, na perspectiva das políticas de internacionalização da EPT e da gestão participativa, em instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), localizadas no Brasil, mais especificamente no Estado de São Paulo, e Instituições de EPT do Peru, localizadas em Lima. Procurou-se investigar a seguinte questão: é possível realizar uma analogia ou correlação entre essas Instituições, em termos de democratização e gestão participativa da escola?

A pesquisa investiga, principalmente, as experiências democráticas vivenciadas na escola, durante o ensino médio, por estudantes matriculados em cursos de Ensino Superior Tecnológico. Adentrou-se, ainda, no âmbito da participação dos alunos também enquanto estudantes do ensino superior.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que o planejamento escolar contemple, internamente, mecanismos de gestão democrática, a partir de interações entre seus atores principais (comunidade externa, direção, professores e alunos), nas instituições de EPT dos dois países estudados. A existência de correlação ou analogia entre ambas as instituições supõe, portanto, o exercício comparativo

Pretende-se, ainda, como objetivo específico, identificar, nos modelos de gestão das instituições analisadas, práticas similares ou inovadoras que possibilitem a participação comunitária efetiva nas decisões e ações escolares.

A FATEC São Paulo, objeto da pesquisa, faz parte da rede de Faculdades administradas pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) em São Paulo. Também foi objeto da pesquisa, em razão das parcerias e acordos de cooperação firmadas pelo CEETEPS, na perspectiva da internacionalização da Educação Profissional, Instituição de Educação Profissional do Peru, o SENATI, em Lima.

Observa-se que não há a pretensão de comparar-se modelos que, por natureza, sejam incomparáveis mas, na perspectiva da internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica, por força do acordo de cooperação existente entre duas Instituições de EPT dos citados países, buscou-se realizar estudos sobre os modelos de gestão escolar adotados para, como apontou Lourenço Filho (2004), assinalar semelhanças e diferenças e, quem sabe, extrair-se inferências que possibilitem o aprimoramento dos modelos praticados.

A pesquisa é de natureza qualitativa, com o estudo de caso múltiplo como estratégia de investigação e questionário enquanto instrumento de coleta de dados.

O estudo de caso múltiplo, enquanto estratégia, permitiu uma investigação mais aprofundada das instituições objeto da pesquisa, com a coleta de informações mais detalhadas, como indicadores das regiões e das unidades, seus projetos e respostas ao questionário.

A amostragem, para o questionário, foi determinada aleatoriamente dentro do grupo de alunos da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC São Paulo) e do SENATI de Lima. O questionário *online* foi encaminhado aos alunos, maiores de idade de diferentes turmas, selecionadas pelas Direções ou Coordenações da Unidades. A pesquisa foi realizada durante os meses de setembro e novembro de

2018, com o envio do link do questionário e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os e-mails dos alunos das turmas indicadas pelas Instituições.

O questionário *online*, desenvolvido utilizando-se da plataforma *Survey Monkey®*, foi encaminhado para o e-mail de 5.000 (cinco mil) alunos dos cursos Superiores em Tecnologia da FATEC São Paulo. Obteve-se o retorno de 360 (trezentos e sessenta) alunos e suas respostas. No SENATI, o questionário foi encaminhado para o e-mail de 106 (cento e seis) alunos, de acordo com as possibilidades apresentadas pela Coordenação Acadêmica da Escuela de Postgrado Tecnológico do SENATI, com a intermediação da Assessoria de Relações Internacionais do CEETEPS. Obteve-se o retorno de 20 (vinte) alunos e suas respostas.

Verificou-se, portanto, dentre a população amostral, quantos alunos já participaram da gestão da escola, quando estudantes do Ensino Médio, fazendo parte de Grêmios Estudantis, dos Conselhos Escolares e Associações de Pais e Mestres, da construção do Projeto Político e Pedagógico da Escola, da construção conjunta dos Regimentos Escolares ou, mesmo, da escolha do Diretor, de Congregações ou Associações Estudantis de Ensino Superior, além de compreender a perspectiva de todos sobre suas participações e sobre as políticas de internacionalização da educação.

Para tanto, como base para a elaboração das questões de natureza qualitativa, utilizou-se o entendimento de Dinair Leal da Hora (2012) sobre os aspectos essenciais para a realização da participação social na escola, criando-se categorias de análise que procuraram atender aos quatro importantes pontos levantados pela autora.

A análise dos dados coletados nos questionários foi indutiva, partindo-se das respostas particulares apresentadas para chegar-se à conclusão e generalização dos resultados. Utilizou-se, ainda, como base para a fundamentação teórica do estudo, de pesquisa bibliográfica e documental, com a análise de legislações, documentos das Instituições Estudadas e do Acordo de Cooperação firmado entre o CEETEPs e o SENATI.

A estrutura do trabalho compreende quatro diferentes capítulos. O Capítulo um traz perspectivas sobre as Políticas de Internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica enquanto o Capítulo dois aborda a questão da Gestão Escolar Participativa, discutindo-se os principais conceitos e visões sobre o tema, desde o modelo mais tradicional, derivado do modelo de administração capitalista empresarial, até as abordagens mais atuais. Neste capítulo, também se discorreu sobre as formas com que a comunidade escolar poderá participar ativamente da gestão da escola, descrevendo-se o papel do Projeto Político-Pedagógico, dos Grêmios Estudantis, dos Conselhos de Escola, Associações de Pais e Mestres e outras possibilidades de participações, inclusive para alunos de Ensino Superior.

No Capítulo três, está o detalhamento da Organização da Educação no Peru e Brasil, suas características e dados relevantes para a pesquisa, bem como a parceria firmada entre o CEETEPS e o SENATI, que motivou, entre outros, o presente estudo na perspectiva da internacionalização da educação.

No mesmo Capítulo, são apresentados os ambientes das Instituições Pesquisadas (FATEC São Paulo e SENATI), enquanto contextos trabalhados e investigados para, depois, apresentarem-se as Análises e Resultados da pesquisa, bem como as Considerações Finais.

1 AS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Dentre os possíveis e diferentes caminhos existentes para a realização da pesquisa, optou-se pelo estudo da gestão escolar participativa na perspectiva das políticas de internacionalização da EPT, procurando-se estabelecer correlações importantes entre os modelos de gestão escolar dos países e das Instituições de Ensino estudadas.

Primeiramente, para falar-se em internacionalização da educação, necessário se faz abordar o tema globalização: esse fenômeno que modificou as relações entre as nações e as noções de espaço e de tempo, diante do acesso e da velocidade com que as informações mundiais são transmitidas pelos sofisticados aparatos tecnológicos existentes, afetando-se as relações políticas e econômicas e, conseqüentemente, o mundo do trabalho e da educação, em especial quando se fala em educação técnica e tecnológica e educação para o trabalho.

No mundo global, aquilo que é local sofre influências constantes de outros modelos e culturas, pelo correr de ideias e práticas transnacionais (COWEN, 2012), modificando os sistemas de uma nação.

As instituições de ensino também sofrem a pressão exercida pelo mundo global e precisam responder a ela com o constante aprimoramento de suas práticas, oferecendo aos alunos o que internacionalmente se busca, em termos de desenvolvimento de competências. A troca de informações, modelos e práticas entre as instituições educacionais do mundo auxilia nesta tarefa, para que os estudantes, futuros profissionais, consigam permanecer incluídos no mundo do trabalho e para o avanço da pesquisa, em quaisquer áreas.

Nesse sentido, cada vez mais são ofertados programas de intercâmbio pelas instituições de ensino, tanto para alunos quanto para docentes, para que possam também aperfeiçoarem suas técnicas e trocarem experiências. A formalização de acordos internacionais de cooperação e a realização de programas de pesquisas conjuntos entre as instituições de países diferentes também fazem parte desse processo de internacionalização da educação, na esteira da globalização.

Percebe-se, então, que globalização e internacionalização são processos diferentes, mas não excludentes, pelo contrário, bastante alinhados. A internacionalização da educação, embora não seja tema recente (posto que parcerias e pesquisas internacionais no mundo acadêmico há muito são realizadas), parece hoje buscar responder aos desafios do mundo global: o aperfeiçoamento da educação para atendimento das demandas profissionais internacionais.

Assim, tornaram-se cada vez mais comuns as parcerias e acordos internacionais entre as instituições de ensino, especialmente de ensino superior, nas últimas décadas. As Declarações de Sorbonne, 1998, e de Bolonha, 1999, são citadas com marcos importantes para a internacionalização da educação em tempos mais recentes, com a propositura da criação de um espaço europeu de ensino superior. Dentre outros aspectos, a Declaração objetivou incentivar a mobilidade de estudantes e professores e a cooperação entre as instituições de ensino superior europeias, com programas integrados de estudos.

A *International Association of Universities* (IAU) tem realizado pesquisas globais sobre a internacionalização do ensino superior e suas tendências. O relatório da última pesquisa realizada, em 2014, traz informações consideráveis para a compreensão do atual panorama das instituições de ensino no cenário global, em termos de internacionalização.

De acordo com a IAU, a internacionalização *é uma parte integral de um processo contínuo de mudanças na educação superior e sua importância tem crescido com a globalização, oferecendo novas oportunidades e mostrando novos desafios* (IAU, 2014).

A última pesquisa realizada contou com a participação de 1.336 (hum mil trezentas e trinta e seis) Instituições de Ensino Superior (IES), localizadas em 131 (cento e trinta e um) países, que receberam convites eletrônicos com o link para o questionário da pesquisa.

Como destaque, segundo a IAU, a pesquisa apontou que a internacionalização vem crescendo em importância junto às IES do mundo, que têm desenvolvido políticas internas para acompanhar seu progresso, para aprimoramento do aprendizado de seus alunos e, ainda, com vista à facilitar-lhes a mobilidade entre os programas de intercâmbio ofertados.

As IES respondentes da pesquisa de 2014, realizada pela IAU, estão distribuídas conforme Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Percentual de Instituições de Ensino Superior participantes da pesquisa sobre Internacionalização do Ensino

Região	% de Respondentes	Número de IES
África	9%	114
Ásia e Pacífico	12%	164
Europa	45%	604
América Latina e Caribe	11%	141
Oriente Médio	4%	60
América do Norte	19%	253

Fonte: Adaptado de IAU. Internationalization of Higher Education. 4th Global Survey, 2014, p.06.

Os resultados da pesquisa apontam que 53% das IES entrevistadas já adotam uma política institucional em termos de internacionalização. Outros 22% informaram que estão desenvolvendo políticas e, ainda, 16% afirmaram que a internacionalização já faz parte do conjunto estratégico da IES.

Outro importante dado trazido pela pesquisa da IAU diz respeito aos riscos, na visão das IES respondentes, da internacionalização para as instituições e para a sociedade. A maioria delas (31%) apontou, como principal risco para as instituições, o fato de que apenas estudantes com recursos financeiros conseguem acessar os programas internacionais de educação, bem como a dificuldade para a regulamentação/reconhecimento de programas estrangeiros em diversos países (13%). Para a sociedade, 19% das IES entendem como risco a possível mercantilização da educação.

Nesse sentido, de possível mercantilização da educação, José Dias Sobrinho (2015) afirma que, para a Organização Mundial do Comércio, a educação já tem sido entendida como um serviço e, sendo assim, tratada comercialmente. Na concepção do autor, corroborada por SILVA JR (2000), procedimentos e termos comuns do mundo dos negócios tem sido inseridos no campo da educação, como forma de legitimar a mercantilização da educação.

A crítica que se faz gira em torno do objetivo da educação, de maneira mais ampla, enquanto desenvolvimento humano:

Temas e conceitos tradicionais sofrem mudanças conceituais e passam a cooperar para o êxito de novas linguagens, lógicas, estratégias e práticas. Expressões e procedimentos usuais no mundo dos negócios se aplicam naturalmente na educação superior (e também nos demais níveis educacionais): índices de desenvolvimento, rentabilidade, cálculos de custos-benefícios, taxas de crescimento de matrículas, números de produção científica, patentes, capacidade de captação de recursos, empregabilidade etc. O conceito de desenvolvimento humano está sendo substituído pelo conceito restritivo de desenvolvimento econômico (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 577)

Dessa maneira, justificar-se-ia o posicionamento de parte das IES entrevistadas, que manifestaram preocupação no sentido de que os programas de internacionalização da educação ajudem a perpetrar a visão mercadológica da educação, introduzindo, ainda mais, na educação superior pública, a racionalidade gerencial capitalista e privada (SILVA JR, 2000). Contudo, não podemos deixar de mencionar que a Educação Profissional e Tecnológica está a serviço da formação profissional, qualificando estudantes para o trabalho e, conseqüentemente, para o mercado.

Apesar da discussão acerca da possível mercantilização da educação, o CEETEPS, por intermédio da Assessoria de Relações Internacionais, promove ações, intercâmbios, acordos de cooperação, para o ensino técnico e para o ensino tecnológico, com outros países do mundo. De acordo com a instituição, além de *vivenciar a multiculturalidade, as interações com outros países facilitam o acesso a conhecimentos tecnológicos, enriquecendo a formação profissional de modo a melhor atender às demandas do setor produtivo.*

A Assessoria de Relações Internacionais é setor relativamente novo no CEETEPS, tendo sido criada em 2016. Contudo, antes de sua criação, acordos e ações relativas à internacionalização da educação profissional já eram realizados, através de projeto denominado Gestão de Parcerias Internacionais para a Educação Profissional, desenvolvido sob a orientação do Professor Almério Melquíades de Araújo, Coordenador do Ensino Médio e Técnico. De acordo com SANTOS (2015), as primeiras ações de internacionalização do CEETEPS, de que se encontram registros, datam de 1991, com Portugal.

Os convênios e parcerias com outras instituições educacionais do mundo, são realizados pelo CEETEPS de acordo com a finalidade da instituição: execução de atividades ligadas ao ensino e à pesquisa em Educação Profissional. Tais acordos tratam, por exemplo, da organização e docência dos cursos técnicos e tecnológicos ofertados; da formação e capacitação de profissionais, intercâmbio com universidades e instituições científicas; promoção de congressos, simpósios e seminários entre outros.

No site é possível encontrar a relação das diversas ações realizadas com outros países. São concursos internacionais, intercâmbios de alunos e docentes, ministração de cursos e palestras por professores estrangeiros e a relação de acordos de cooperação internacionais firmados pelo CEETEPS e instituições de ensino de diversos países, conforme Anexo A.

Dentre os acordos de cooperação firmados pelo CEETEPS encontra-se a parceria com o Serviço Nacional de Adestramento Industrial – SENATI, localizado em Lima, no Peru.

O SENATI, por sua vez, realiza parcerias internacionais desde 1975, iniciando-as com Japão, Itália e França. Em 2017, o SENATI informou suas parcerias em andamento, nacionais e internacionais, relacionadas no Anexo B.

Com o estudo de caso dos modelos de gestão escolar, na perspectiva das políticas de internacionalização da EPT e da participação comunitária, pretende-se observar os caminhos seguidos pela gestão da escola diante dos novos desafios educacionais, especialmente quando as noções de tempo e espaço tomam outra forma diante da globalização e do progresso tecnológico vivenciado:

As interações entre as forças globais econômicas e culturais e os contextos locais são ilustradas em estudos de casos representativos no campo da educação comparada e internacional. Damos especial atenção ao impacto dos principais organismos governamentais internacionais e de organizações não governamentais sobre as entidades que formulam políticas educacionais. (ARNOVE, 2012, p. 131)

Ademais, em tempos globais, o exercício comparativo entre escolas de países vizinhos latino-americanos poderá resultar em novos olhares para a gestão

participativa na escola, dada a combinação de fatores sociais (HANS, p.415) comuns existentes.

2 GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA: CONCEITOS E VISÕES

Para tratar sobre gestão escolar no contexto da participação comunitária, mister se faz compreender essa possibilidade de participação como decorrente ou derivada do conceito de democracia, de soberania popular.

O conceito de democracia remonta aos tempos da Grécia Antiga, quando surgiram as primeiras percepções sobre soberania popular. O povo grego, avançado em suas concepções científicas e políticas, compreendeu que o governo ideal deveria ser do povo para o povo, permitindo a atuação dos indivíduos na vida pública. Na verdade, tal entendimento beirava a obrigação: participar derivava da condição de cidadão.

Na civilização helênica, a política foi obra humana, sem interferência dos deuses homéricos. O governo emanou do povo, e em seu nome foi exercido. As Leis eram de autoria de legisladores (Draco, Sólon), administradas por tribunais e corpos de jurados. [...] na Grécia a atuante participação do indivíduo na vida pública refletia sua condição de cidadão, sujeito e objeto de Direito. [...] De acordo com declarações atribuídas a Péricles, “nossa Constituição nada tem a invejar dos outros: é modelo e não imita. Chama-se democracia, porque a maioria e não a minoria tem o poder.” (ROSA, 2012, p. 103)

No Brasil, o movimento democrático ganhou força na década de 80, após o último período ditatorial e a reabertura política do país (entre 1979 e 1985). A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, trouxe, em seu Preâmbulo, o ideal de instituir-se um Estado Democrático, que garantisse o exercício de direitos sociais e individuais, assegurando-se, no parágrafo único de seu Artigo 1º, que *todo o poder emana do povo*.

Dessa perspectiva, do poder que emana do povo, derivam as regras que possibilitam a participação popular nos assuntos públicos em todas as esferas, de maneira direta ou por intermédio de representantes eleitos. Nas escolas, o reflexo desse movimento se deu, especialmente, pela garantia da participação e colaboração da sociedade¹ na educação, além de declarar-se a gestão democrática

¹ Constituição Federal: Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei

do ensino público como princípio legal do ensino brasileiro, regra que se repetiu, a *posteriori*, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996.

Assim, a utilização do termo *gestão*, em assuntos de educação, é algo relativamente novo no Brasil, sendo mais amplamente discutido nas últimas décadas.

Sabendo-se que o modo comumente observado de administração das instituições sociais, sejam elas quais forem, deriva do modelo de administração capitalista empresarial, cujo objetivo central (a busca contínua pelo lucro) pressupõe a determinação de meios de controle para melhoria de seus processos de produção, sempre com maior eficiência, observa-se que a escola também tem refletido essa prática em seus processos organizacionais internos, encontrando-se em processo de transformação do modelo tradicional.

Nesse sentido, vale ressaltar que o modelo de administração capitalista sofreu modificações ao longo dos tempos, principalmente em razão da evolução tecnológica e do fenômeno da globalização. Importa destacar, contudo, as especificidades dos termos *administração* e *gestão da educação*, bem como compreender as maneiras como são encontrados nos estudos sobre administração ou gestão escolar:

Os termos “gestão da educação” e “administração da educação” são utilizados na literatura educacional ora como sinônimos, ora como termos distintos. Algumas vezes, gestão é apresentada como um processo dentro da ação administrativa, outras vezes apresenta-se como sinônimo de gerência numa conotação neotecnicista dessa prática e, em muitos outros momentos, gestão aparece como uma “nova” alternativa para o processo político-administrativo da educação. Entende-se por gestão da educação o processo político-administrativo contextualizado, por meio do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada. (DOURADO, 2006, p.21)

Embora compreendidos, na maior parte das obras, como sinônimos, entende-se, para fins deste estudo, que o termo gestão é mais amplo, trata-se da *nova alternativa para o processo político-administrativo da educação*, conforme apontado por Dourado (2006). Importante, ainda, estabelecer-se o conceito de gestão escolar, em toda a sua abrangência. Para tanto, será utilizada a definição de Libâneo (2011), que melhor se adequa aos objetivos desse estudo. Para o autor, a gestão deve assegurar a racionalização dos recursos necessários à atividade bem como a coordenação do trabalho pessoal:

Por racionalização do uso de recursos compreende-se a escolha racional de meios compatíveis com os fins visados e a adequada utilização desses recursos, que assegure a melhor realização possível desses fins. Por coordenação e acompanhamento compreendem-se as ações e os procedimentos destinados a reunir, a articular e a integrar as atividades das pessoas que atuam na escola, para alcançar objetivos comuns. Para que essas duas características mais gerais de uma instituição se efetivem, são postas em ação as funções específicas de planejar, organizar, dirigir e avaliar. A condução dessas funções, mediante várias ações e procedimentos, é o que se designa gestão, a atividade que põe em ação um sistema organizacional. (LIBÂNEO, 2011, p. 293).

Assim, podemos dizer, de acordo com Libâneo (2011), que gerir uma escola é conduzir as funções de planejar, organizar, dirigir e avaliar, articulando-se e integrando-se, nesse processo de condução, as atividades das pessoas que nela atuam, colocando-se em ação todo um sistema organizacional.

Paro (2015), também aborda a questão da direção escolar, mas sob outro ângulo: a atividade administrativa ou gerencial do diretor como uma questão pedagógica, ou melhor, a coexistência de ambas.

O autor afirma que, diferentemente do que a maioria dos estudos aponta, as atividades administrativas conduzidas pelo Diretor da escola são dotadas de um caráter também pedagógico:

Embora sirva ao propósito de tornar clara a distinção entre a atividade pedagógica propriamente dita e as atividades que a esta servem de pressuposto e sustentação, tal maneira de tratar o problema acaba por tomar as atividades pedagógicas e administrativas como mutuamente exclusivas – como se o administrativo e o pedagógico não pudessem coexistir numa mesma atividade –, encobrendo assim o caráter necessariamente administrativo de toda prática pedagógica e desconsiderando as potencialidades pedagógicas da prática administrativa quando se refere especificamente à educação. (PARO, 2015, p.23)

Assim, podemos afirmar que no processo de gestão escolar, diversos agentes são envolvidos nas questões administrativas e pedagógicas da escola. O diretor ou gestor (termo mais condizente com o ideal democrático e participativo perseguido nesse processo de transformação contemporâneo vivenciado pela educação e pela escola) é uma das peças no coletivo escolar e sua atuação precisará possibilitar a participação comunitária nos moldes democráticos desejados pelos demais agentes da escola.

Na tentativa de melhor compreender o processo de gestão escolar ou de gestão da educação, de maneira mais ampla, diversos autores têm se empenhado em aprofundar os estudos sobre a evolução do conceito e em perspectivar novos caminhos para que os ideais de participação do povo, titular do poder, sejam concretizados de fato no ambiente escolar.

Demerval Saviani (2012), em seus textos datados de 1981 e 1982, respectivamente “Escola e Democracia (I)” e “Escola e Democracia (II)”, mas de contextos atuais, analisa a questão da democracia na escola sob o ponto de vista do desenvolvimento do ensino, enfatizando os procedimentos de ensino e suas finalidades. Para o autor, traçando os contrapontos entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova, ou Escola Nova, os procedimentos adotados pela última não se articulam com a construção de uma ordem verdadeiramente democrática.

A pedagogia tradicional, instituída pela classe burguesa, após a Revolução Industrial, estruturada no método expositivo de aulas e que tinha o professor como detentor do conhecimento, nos recém-criados sistemas nacionais de ensino, estaria mais alinhada com o objetivo de consolidar-se a ordem democrática do que a pedagogia nova, pautada no método de pesquisa e resolução de problemas, centrada no aluno e preocupando-se com o respeito às diferenças entre os homens.

Isto porque, a metodologia trazida pela Escola Nova não chegou à grande massa das escolas, restringindo-se à certos grupos da sociedade, já comumente privilegiados:

E hoje nós sabemos, com certa tranquilidade, já, a quem serviu essa democracia e quem se beneficiou dela, quem vivenciou esses procedimentos democráticos no interior das escolas novas. Não foi o povo, não foram os operários, não foi o proletariado. Essas experiências ficaram restritas a pequenos grupos, e nesse sentido elas constituíram-se, em geral, em privilégios para os já privilegiados, legitimando as diferenças. (SAVIANI, 2012, p. 48).

Observa-se, ainda, por esclarecimento do próprio autor, que ambas as pedagogias e seus métodos (expositivo e de pesquisa) são, de alguma forma, positivos. As críticas feitas ao modelo tradicional dizem respeito à sua indistinta aplicação automática, *crystalizada na rotina burocrática do funcionamento das escolas* (SAVIANI, 2012, p. 67), não ao modelo em si. Da mesma forma, se aplicada da maneira como foi concebida *em todas as escolas*, sem distinção, a pedagogia

nova poderia ter contribuído sobremaneira para o desenvolvimento social e democrático – não para poucos, mas para todos.

Contudo, embora de valor inestimável o estudo sobre a democracia do ponto de vista dos procedimentos de ensino e suas consequências políticas para a sociedade, o objetivo deste trabalho está na gestão democrática sob o aspecto da condução das atividades escolares pelos diretores ou gestores, coordenadores, professores, funcionários, alunos e pais de maneira colaborativa, participativa, considerando-se os procedimentos administrativos das instituições ora estudadas, e a problematização das questões do entorno da escola.

Dinair Leal da Hora (2012), por sua vez, aponta três diferentes modos com que a democratização nas escolas tem sido estudada: do ponto de vista do acesso à escola; do ponto de vista dos processos pedagógicos (na mesma linha estudada por Saviani) e do ponto de vista dos processos administrativos internos. Esta última corresponde aos objetivos da pesquisa, por competir às pessoas que participam diretamente da escola, das decisões internas de âmbito administrativo: gestão escolar democrática, com a participação comunitária nas decisões.

Vale ressaltar, conforme entendimento da autora e aqui corroborado, que o *processo de democratização da escola* (HORA, 2012, p. 33) ou da educação, de maneira mais ampla, engloba todas essas formas com que o assunto tem sido estudado.

Como visto, esse *processo de democratização* (posto que ainda em construção), no Brasil, acompanhou o processo de redemocratização do país, na década de 80. A Constituição da República, de 1988, garantiu à todos o direito à educação, como dever do Estado e da Família e declarou a gestão democrática do ensino público (Artigo 206, VI) como princípio, que se repete na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.²

Apesar da garantia legal, autores diversos demonstram que, historicamente, a

² LDB, Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

administração escolar se desenvolveu e fundamentou nos mesmos moldes que a administração empresarial, segundo o sistema capitalista de economia e a Teoria Geral de Administração, atrelando-se à metas de produtividade e eficácia (MUCCILO, ALMEIDA, 2010, p. 16), comuns no cenário empresarial.

Nesse sentido, temos como fundamento para a gestão escolar, entre outros, os modelos introduzidos por Taylor e Fayol:

Taylor estabeleceu o controle do trabalho como essencial para a gerência, produzindo uma nova forma de organização em que havia a necessidade de um trabalhador responsável pelo planejamento e controle das atividades: o administrador, cuja ação passou a garantir ao capitalista um poder maior sobre os trabalhadores (...) Segundo Henri Fayol, os princípios da divisão do trabalho, autoridade, disciplina, unidade de comando, unidade de direção, subordinação de interesses individuais aos interesses gerais, remuneração, centralização, hierarquia, ordem, equidade, estabilidade no quadro de pessoal, iniciativa, espírito de solidariedade e lealdade que constituem um dos modelos da estrutura capitalista. (HORA, 2012, p. 34)

Estes moldes, de administração empresarial capitalista, têm sido debatidos nos últimos anos, em razão das contradições entre a busca de produtividade e eficácia, naturais do capitalismo, e o objetivo da escola.

É preciso ficar bem claro para a escola que a linguagem técnica e quantitativa tem contribuído para o distanciamento entre os sujeitos (professores, alunos, funcionários, pais) e o objeto do conhecimento. (VEIGA e FONSECA, 2001, p. 47)

István Mészáros (2008), em sua crítica ao modelo educacional que segue essa lógica do capital, afirma que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35)

O autor também retoma o raciocínio utilizado por John Locke, nos primeiros tempos do capitalismo, para criticar a forma como se empregava, no final do século

XVII, a educação para trabalhadores pobres e seus filhos, desde tenra idade, com o propósito de garantir mão de obra para alimentar o sistema de capital. Para tanto, valia-se, inclusive, do uso de violência e, embora tenham ocorrido inúmeras transformações desde então, a educação formal continuaria, para o autor, a nos conduzir ao conformismo em relação à ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 2008, p.55)

Continuando em termos de contextualização histórica, considerando-se as mais atuais mudanças nos modelos administrativos-empresariais, em razão das deficiências e instabilidades do sistema capitalista, passou-se a pensar, mais recentemente, como fator de sucesso administrativo, o fator humano, a qualidade de vida como impulsionadora da atividade humana para o alcance das metas estabelecidas, para tornar significativos e relevantes os processos administrativos para o homem, o trabalhador.

Ainda assim, embora falando de conceitos diferentes de qualidade (qualidade de vida, acima, e qualidade total, neste parágrafo), a educação não deve ser tratada nos mesmos moldes da qualidade economicista (LIBÂNEO, 2011). Estar-se-ia insistindo no erro de naturalizar termos e modelos do capital na escola, na educação. Escola é escola. Empresa é empresa. Importante destacar as percepções de José Carlos Libâneo (2011) sobre o tema:

O aluno não é cliente da escola, mas parte dela (...) a escola implica formação voltada para a cidadania, para a formação de valores – valorização da vida humana em todas as dimensões. Isso significa que a instituição escolar não produz mercadorias, não pode pautar-se pelo “zero defeito”, ou seja, pela perfeição. Ela lida com pessoas, valores, tradições, crenças, opções. Não se pode pensar em “falha zero”, objetivo da qualidade total nas empresas. Escola não é fábrica, mas formação humana. Ela não pode ignorar o contexto político e econômico, no entanto, não pode estar subordinada ao modelo econômico e a serviço dele. (LIBÂNEO, 2011, p. 117)

No caso da escola, será a possibilidade de participação de seus diferentes atores nos processos administrativos, numa perspectiva democrática, que trará o significado e transformação para a vida humana:

O papel da administração da educação aí será o de coordenar a ação dos diferentes componentes do sistema educacional, sem perder de vista a especificidade de suas características e de seus valores de modo que a plena realização de indivíduos e grupos seja efetivada. (HORA, 2012, p. 38)

Nesse sentido, de educação enquanto instrumento de transformação da sociedade, Vitor Henrique Paro (2012) afirma que a atividade administrativa, no âmbito escolar, poderá se colocar à serviço dessas transformações ou, de modo contrário, auxiliar na perpetuação da ordem já estabelecida:

A administração estará tanto mais comprometida com a transformação social quanto mais os objetivos com ela perseguidos estiverem articulados com essa transformação. Assim sendo, no caso da administração escolar, a análise de suas relações com a transformação social deve passar, necessariamente, pelo exame das condições de possibilidade da própria educação escolar como elemento de transformação social. (PARO, 2012, p. 106)

Para o autor, a educação transformará a sociedade na medida em que possibilitará aos revolucionários (classe dominada) a aquisição dos saberes diversos concentrados nas mãos da classe dominante. Saberes estes que, por sua vez, permitirão a *afirmação e emancipação cultural na luta pela desarticulação do poder capitalista e organização de nova ordem social* (PARO, 2012), desde que, contudo, a escola deixe de atender às determinações e interesses da classe que domina o sistema político e econômico.

A escola transformará quando for igualitária, para todos. Na medida em que o ensino seja de tal qualidade que permita a afirmação cultural de todos os educandos, na medida em que seus processos sejam participativos de fato e não, apenas, na norma, na medida em que essas normas (de tão excessivas e burocráticas) deixem de atrapalhar o bom funcionamento escolar e contribuam para sanar as dificuldades diárias. Transformará quando, desarticulada do sistema político e econômico do país (se possível), passar a atender às necessidades de todos independente de classes:

(...) a escola da grande maioria mal sobrevive em meio aos problemas e carências de toda ordem, apresentando baixíssimo nível de ensino. É esse tipo de escola, degradada em suas funções, impotente para atingir seus objetivos educacionais, que favorece a manutenção da atual ordem social e econômica. Não é, portanto, a escola que consiga promover intelectual e culturalmente a generalidade dos jovens e crianças que interessa aos propósitos da classe dominante. (PARO, 2012, p. 145)

A gestão escolar que objetive tornar a escola lugar de transformação social, através da educação, precisará se comprometer com a democracia, com a soberania

do povo em geral que, no seu contexto, significa dar voz e espaço aos diversos agentes da escola: ao aluno, aos responsáveis pelo aluno, aos funcionários, ao professor, à comunidade local. A administração da escola, das questões que envolvem a escola, deve ser participativa, cooperativa, colaborativa.

2.1 Participação Comunitária nas Decisões Escolares

Diversas são as formas com que a comunidade escolar poderá participar, de maneira ativa, das questões e decisões escolares, realizando – no sentido de concretizar – a democracia idealizada.

A participação ocorrerá, principalmente, através dos Grêmios Estudantis, dos Conselhos Escolares e Associações de Pais e Mestres, da construção do Projeto Político e Pedagógico da Escola, da construção conjunta dos Regimentos Escolares, dos Calendários Escolares, da escolha do Diretor. Cada um desses momentos permissivos da participação comunitária, bem como as instituições auxiliares participativas, será melhor detalhado em capítulos a seguir. Importa dizer, contudo, que alunos, seus pais ou representantes legais, os docentes, funcionários, representantes do Poder Público, do empresariado local e do terceiro setor, por exemplo, poderão compor os Conselhos Escolares para participarem das decisões da escola de seu Município, que afetam diretamente o contexto social e econômico em que ela está situada.

Entretanto, é preciso observar-se que, para viabilizar essa participação e fazer com que ela se torne hábito, que seja incorporada no ambiente escolar e passe a ser encarada como responsabilidade de cada agente da escola, a postura do diretor/gestor precisa ser condizente com o ideal democrático perseguido. Nesse sentido, afirma Dinair Leal da Hora:

Há, então, uma exigência ao administrador-educador de que ele compreenda a dimensão política de sua ação administrativa respaldada na ação participativa, rompendo com a rotina alienada do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia a dominação das organizações modernas. É a recuperação urgente do papel do diretor-educador na liderança do processo educativo. (HORA, 2012, p.45)

De acordo com a autora, a participação que almejamos nos processos administrativos da escola se fundamenta no movimento anarquista francês do século XVIII, no qual, basicamente, se lutava por uma ideologia de negação de governos e autoridades constituídas, defendendo-se princípios como autogestão e coletividade. A autora ainda defende, como aspectos essenciais para a realização da participação social na escola, os quatro importantes pontos a seguir:

- a) A extração do autoritarismo centralizador;
- b) A diminuição da divisão do trabalho que reforça as diferenças e os distanciamentos entre os segmentos sociais;
- c) A eliminação do binômio dirigentes e dirigidos;
- d) A participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizando a todos de que são os autores da história que se faz no dia a dia. (HORA, 2012, p.46)

Nesse mesmo sentido, Vitor Paro (2012) também afirma a necessidade de extrair-se da figura do diretor todo o autoritarismo historicamente centralizado, distribuindo-se as responsabilidades e autoridade da escola entre os seus diversos setores, de maneira coletiva.

E para a Administração Escolar ser verdadeiramente democrática é preciso que todos os que estão direta ou indiretamente envolvidos no processo escolar possam participar das decisões que dizem respeito à organização e funcionamento da escola. Em termos práticos, isso implica em que a forma de administrar deverá abandonar seu tradicional modelo de concentração da autoridade nas mãos de uma só pessoa, o diretor – que se constitui, assim, no responsável por tudo o que acontece na unidade escolar –, evoluindo para forma coletivas que propiciem a distribuição da autoridade de maneira adequada a atingir os objetivos identificados com a transformação social. (PARO, 2012, p. 209)

Libâneo (2011), por sua vez, apresenta quatro modelos ou concepções pelas quais a gestão escolar pode ser encontrada na escola, que podem ser, em última instância, analisadas em razão do grau de participação da comunidade em seus processos. Pela primeira, a concepção *técnico-científica*, há grande predominância de práticas e termos da administração empresarial, com processos bastante burocráticos. A segunda concepção, que o autor chama de *autogestionária*, caracteriza-se pela descentralização ou mesmo ausência de direção, com a participação igualitária de todos os membros da instituição. O terceiro modelo, *interpretativo*, considera como elemento prioritário na análise dos processos de

organização e gestão os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas (LIBÂNEO, 2011). Por último, o autor explica a quarta concepção, a *democrático-participativa*, que melhor se coaduna com os ideais democráticos perseguidos pela sociedade contemporânea:

A concepção democrático-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e os membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. Entretanto, uma vez tomadas as decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assumira sua parte no trabalho, admitindo a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das deliberações. (LIBÂNEO, 2011, p. 325)

A participação, portanto, caminha ao lado da responsabilidade, na medida em que as ações assumidas com a comunidade escolar se tornam obrigação entre os sujeitos, sob pena de comprometer-se todo o trabalho coletivo realizado. Isto significa dizer que a distribuição das responsabilidades pelos processos, problemas e ações da escola entre seus membros, em última análise, auxilia no desenvolvimento da autonomia e emancipação desses sujeitos, em especial, do aluno, que tomará consciência de sua cidadania desde cedo.

Importa lembrar, ainda, que gerir a escola participativamente é processo relativamente novo na história da Escola no país. A construção da democrática é diária e todos os agentes escolares e as relações criadas no ambiente escolar são fundamentais nesse processo. Não é outro o entendimento de Rúbia Cruz (2012):

O processo de compreensão da gestão democrática está em “sendo”, “se fazendo”, “acontecendo”. Ancora-se na construção do projeto político-pedagógico da escola na sua dinâmica participativa, inclusiva e singular (GERALDI, 2004), considerando a relação democrática entre os modos de ser e de agir de seus sujeitos, quer na gestão dos processos da sala de aula, quer na gestão dos processos da escola como um todo. É um processo construído historicamente na trama das relações sociais, culturais, econômicas e políticas. (CRUZ, 2012, p.117)

Assim, para a melhor compreensão do tema, resta, ainda, o detalhamento das maneiras conhecidas pelas quais a comunidade escolar poderá participar da gestão da escola.

2.1.1 Projeto Político Pedagógico

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) tem, como premissa, a participação do coletivo da escola. Sem participação não haverá legitimidade e o documento não refletirá a prática escolar e suas necessidades.

O PPP é instrumento para a gestão democrática nas escolas. Através dele, a comunidade escolar poderá manifestar-se sobre as necessidades educacionais e traçar projetos viáveis para saná-las.

A LDB atribui à participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico das escolas o status de princípio da gestão democrática, ao lado da participação comunitária nos conselhos de escola. A Lei ainda determina que a educação profissional técnica de nível médio observe as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico, conforme redação do artigo 36-B, em seu parágrafo único.

Por sua vez, o Regimento Comum das Escolas Técnicas do CEETEPS, para ressaltar o caráter essencialmente participativo da construção do documento nas Etecs, atribui, primeiramente, ao Conselho de Escola o dever de deliberar sobre o PPP, e ao diretor o dever de coordenar sua elaboração em conjunto com o coordenador pedagógico da instituição.

A coordenação pedagógica das Etecs, por seu turno, deverá também implementar a execução do PPP na escola, além de avaliar seu desenvolvimento.

O Regimento ainda estabelece, como direito docente, em atendimento à legislação federal, a participação no processo de elaboração do projeto político-pedagógico.

Mas o que é o Projeto Político-Pedagógico das escolas e seu processo de construção? Para Libâneo (2011) o PPP é o documento que indica a direção política e pedagógica do trabalho a ser realizado pela escola, estabelecendo as metas que precisam ser alcançadas, bem como as ações e procedimentos para tanto. O PPP traduz a identidade da escola, em constante transformação. Sua construção se dá, de acordo com Dinair Leal da Hora (2012), através de uma mobilização dos agentes da escola que almejem a transformação da realidade:

(...) elaborar o projeto político-pedagógico de uma escola significa mobilizar toda a comunidade escolar em torno de um grande

movimento que vise à transformação global da escola: um trabalho que identifique as condições reais da escola e, também, as condições ideais de trabalho para todos. (...) apenas o exercício democrático na gestão da escola possibilitará a vivência de um projeto pedagógico político, criativo, consistente e coerente com a formação crítica, construtiva e inclusiva de homens e mulheres. (HORA, 2012, p.53)

Nesse processo de transformação, não se objetiva excluir-se o que já foi construído pela escola, mas, talvez, desconstruir-se para renovar, melhorar, atender aos anseios da comunidade escolar. Nesse sentido, é importante diferenciar o projeto político-pedagógico das escolas de seu plano gestor ou plano diretor ou, ainda, plano escolar. Basicamente, um faz parte do outro, se completam. Sozinhos, são insuficientes para a compreensão do todo da escola e do processo (contínuo) de transformação escolar. O documento *Salto para o Futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico*, do Ministério da Educação (1998), detalha com assertividade essa diferença:

Frequentemente se confunde projeto com plano. Certamente o plano diretor da escola - como conjunto de objetivos, metas e procedimentos - faz parte do seu projeto, mas não é todo o seu projeto. Isso não significa que objetivos, metas e procedimentos não sejam necessários. Eles são insuficientes, pois, em geral, o plano fica no campo do instituído, ou melhor, no cumprimento mais eficaz do instituído, como defende o discurso em torno da "qualidade"; em particular, da "qualidade total". Um projeto necessita sempre rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa. Tornar-se instituinte. Um projeto político-pedagógico não nega o instituído da escola, que é a sua história, o conjunto dos seus currículos e dos seus métodos, o conjunto de seus atores internos e externos e seu modo de vida. Um projeto sempre confronta esse instituído com o instituinte. Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, assim, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998, p. 16)

Para Libâneo (2011), o PPP pode significar uma maneira de atribuir-se responsabilidades à equipe escolar, de modo que, participando de sua construção, todos sejam co-responsáveis *pelo sucesso do aluno e por sua inserção na cidadania crítica* (LIBÂNEO, 2011). Para tanto, o PPP deverá ser mais do que apenas uma formalidade realizada pela escola para atendimento às regras e legislações em educação. Transcender o papel, o escrito. Ser, de fato, instrumento para a efetiva

gestão democrática nas escolas.

Superar a visão conservadora e extrapolar o centralismo burocrático pressupões o envolvimento de diferentes instancias que atuam no campo da educação, além do coletivo da escola, na construção de seu projeto político-pedagógico, exprimindo sua intencionalidade, pedagógica, cultural, profissional e construindo um modelo de gestão que podemos entender como democrático. (VEIGA e FONSECA, 2001, p. 55)

Veiga (2001) ainda afirma que, sendo a escola dinâmica, o PPP é resultado de um constante processo de ação-reflexão-ação. O coletivo da escola deverá, portanto, refletir constantemente sobre suas práticas, sobre a intencionalidade da escola, agindo e tornando a agir, ainda que de modo diferente, para a efetivação do que se pretende, estabelecido democraticamente no PPP.

2.1.2 Grêmios Estudantil

Ao falar-se em participação do aluno na escola ou protagonismo estudantil certamente a primeira lembrança que surge em nossas mentes é a do Grêmios Estudantil. As agremiações têm auxiliado no processo de desenvolvimento da autonomia dos alunos, dando-lhes voz no espaço escolar.

Os Grêmios Estudantis são, historicamente, as principais instituições possibilitadoras da participação do aluno nas questões escolares. O movimento estudantil no Brasil é representado por entidades que os organizam, tais como a UNE (União Nacional dos Estudantes), fundada em 1937, e a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), fundada em 1948.

As histórias de fundação de ambas as instituições citadas equivalem aos importantes momentos de lutas políticas do país. Os Grêmios Escolares, formados pelos alunos secundaristas de todas as escolas do país, encontram suporte nas organizações citadas, que promovem encontros nacionais com os estudantes engajados em suas escolas.

Para muitos alunos, será o grêmios de sua escola que lhes possibilitará a primeira experiência política de suas vidas e iniciais reflexões sobre democracia e participação cidadã, de modo que sua importância é inquestionável na estrutura escolar.

Contudo, apesar de sua importância, durante o último período de ditadura experimentado pelo país, os grêmios foram calados, dando lugar à outra instituição escolar desprovida do caráter político e da autonomia necessária à participação do alunado nas questões escolares. Eram os chamados Centros Cívicos, que respondiam ao Ministério da Educação, extintos em 1985, quando os grêmios voltam à sua posição anterior:

A partir do decreto do Ato Institucional nº5 em dezembro do ano de 1968, os grêmios estudantis escolares passam a ser substituídos por Centros Cívicos que se vinculavam ao Ministério da Educação, tornaram-se “apêndices” da instituição, dependentes de orientações e verbas, o que causou uma deformidade na entidade estudantil de acordo com Poerner (1979). Somente no ano de 1985, os grêmios estudantis são retomados e os centros cívicos extintos. A Lei nº 7.395 de outubro de 1985, tendo como Presidente José Sarney, posteriormente, reformulada pelo Deputado Aldo Rebelo como Lei nº 7.398, assegura o direito dos jovens de organizarem os grêmios estudantis como atividades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educativas, culturais, desportivas e sociais. (MARTINS, 2010, p.68)

Apesar da tentativa de calar-se a voz das escolas, a Lei nº 7.398/85 cumpriu seu papel para trazer à tona, novamente, os Grêmios Estudantis.

A Lei, ainda em vigor, embora bastante simples em seus termos, assegura aos alunos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus sua organização como entidades autônomas, que representem os interesses dos estudantes, com finalidades educacionais, cívicas esportivas, culturais e sociais, determinando-se as atividades em seus estatutos mediante Assembleia Geral. A Lei garante, ainda, o voto direto e secreto na escolha dos representantes que comporão o grêmio.

Contudo, o que chama maior atenção na Lei nº 7.398/85, é a mensagem presidencial de veto referente ao Artigo 1º, § 1º, pois traduz a essência do direito e liberdade de associação, mesmo na escola, sem interferências do Poder Público:

(...) O veto incide sobre o parágrafo 1º do artigo 1º do Projeto, que se revela incompatível com a regra constitucional asseguradora do direito de associação, ao estabelecer comando irrecusável, dirigido ao corpo discente dos estabelecimentos de ensino, impondo-lhe o dever de organizar seu Grêmio Estudantil. A compulsoriedade dessa obrigação, imposta por ato estatal, revela-se inconciliável com a prerrogativa consubstanciada no artigo 153, § 28, da Carta Federal. Com efeito, o direito de associação constitui liberdade de ação coletiva. Embora atribuído a cada pessoa, que é o seu titular, só

pode ser exercido em conjunto com outras pessoas. É pelo exercício concreto dessa liberdade pública que se instituem as associações. O direito de associação, por isso mesmo, deve ser visto como simples faculdade, que se reconhece às pessoas, não como um ônus que lhes imponha. Compelir os alunos de um estabelecimento de ensino a proceder à organização de associações gremiais representa, na verdade, ato de intolerável interferência do Poder na esfera da livre atuação jurídica das pessoas. Significa, em suma, derogar, mediante ato legislativo ordinário, uma das mais expressivas liberdades públicas. (Mensagem de Veto à Lei nº 7.398/85)

Tratando-se, portanto, como ressaltado pelo Senhor Presidente da República José Sarney em 1985, de faculdade garantida aos estudantes, eles poderão ou não organizarem seus grêmios nas escolas, na medida de seu interesse em participar.

Nesse sentido, uma pesquisa realizada pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), fundada por Hebert de Souza, Carlos Afonso e Marcos Arruda em 1981, detalhou a participação dos alunos nas escolas mediante associação às entidades estudantis, entre os anos de 2005 e 2006.

A pesquisa, intitulada *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e política pública*, teve por objetivo ouvir e debater com jovens brasileiros, os limites e possibilidades da sua participação em atividades políticas, sociais e comunitárias, considerando a importância da inclusão desses sujeitos para a consolidação do processo de democratização da sociedade brasileira (IBASE, 2006, p. 05).

A pesquisa, que chama a atenção pela riqueza de seus detalhes, embora apresente dados de meados da década passada, mostra que os estudantes pouco têm participado das Associações Estudantis, conforme Tabela 02. Traduzindo, pouco utilizam a faculdade que lhes é garantida em lei.

Observa-se que a participação do jovem é maior em grupos religiosos, clubes ou associações de lazer e esportes.

Outro dado importante, trazido pela pesquisa, diz respeito às atividades mais comumente realizadas pelos jovens no espaço escolar, que podem ser caracterizadas como experiências de sociabilidade, de solidariedade, de cultura, ou que lhes possibilitem o acesso a informações (IBASE, 2006, p. 43).

Tabela 2 – Participação Atual, Passada e Não Participação – Entidades, Grupos e Movimentos (em%)

Entidades, grupos e movimentos	Participa atualmente	Já participou, não participa mais	Nunca participou	Ns/No	Total
Ass. Comunitárias, de moradores	2,0	10,4	86,7	0,9	100
Associações estudantis	3,0	21,3	74,8	0,9	100
Clubes ou ass. Esportivas/lazer	8,3	19,6	71,1	1,0	100
Grupos artísticos	5,5	11,8	81,8	0,9	100
Grupos ambientalistas	1,4	5,9	91,6	1,1	100
Grupos religiosos	15,3	21,6	62,2	0,9	100
Grupos diversos (gangues, galeras etc)	4,2	6,7	88,2	0,9	100
Trabalho Voluntário	3,0	11,4	84,5	1,1	100
Movimentos negros, indígenas, feministas, de opção sexual	0,8	3,0	95,1	1,1	100
Movimentos sociais (educação, saúde, moradia, etc)	1,3	5,9	91,8	1,0	100
ONGs	0,9	2,0	96,0	1,1	100
Partidos políticos	1,0	5,9	92,1	1,0	100
Sindicatos	0,7	2,3	96,0	1,0	100

Fonte: Adaptado de IBASE/POLIS, Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2006.

Evidenciou-se, de acordo com o IBASE, que as festas, como experiências de sociabilidade, são os principais acontecimentos nas escolas pesquisadas (58,5%). Depois, viriam as apresentações de todos os tipos: teatro, dança e festivais culturais (53,9%), filmes (53,8%), debates (45,4%), excursões (43,3%), seminários (42,6%), visitas a museus e exposições (30,3%) e, por último, ações comunitárias e trabalhos sociais (27,6%) (IBASE, 2006, p. 44).

Desses dados, o que mais interessa à pesquisa referente à participação do aluno nas questões escolares e de seu entorno, relaciona-se aos temas discutidos nos debates. De acordo com os jovens entrevistados, os debates trazem temas

como: sexualidade/Aids/drogas e violência (72,7%), questões de política e eleições (57,5%), projeto político-pedagógico/regras da escola/disciplina/formas de avaliação (45,7%), direitos humanos (37,9%) e problemas do bairro/cidade (28,3%) (IBASE, 2006, p. 44).

Percebe-se que as questões da escola e seu entorno (problemas do bairro e da cidade) são assuntos em pauta nas escolas, bem como a preocupação com a construção do projeto político pedagógico, com o debate, sempre construtivo, sobre as regras de convivência e avaliação escolar. Apesar disso, apenas 3% dos alunos pesquisados informou participar das associações estudantis, como o Grêmio Escolar, conforme Tabela 3. Esse número também está refletido na Tabela 4 abaixo, que consolida os dados daqueles que se declararam politicamente participantes.

A maioria dos alunos afirmou que apenas procuram estar informados sobre política, sem, contudo, participar pessoalmente do processo de tomada de decisões, tão significativo para a coletividade e construção do espaço democrático que se pretende encontrar nas escolas.

Tabela 3 – Percepção quanto à Informação e Participação Política (em%)

Questões	Total	Escolaridade		
		Até Fundamental incompleto	Até Médio incompleto	Médio Completo ou mais
Procuo me informar sobre a política, mas sem participar pessoalmente	65,6	52,6	66,4	74,2
Não procuro me informar sobre a política, nem participar pessoalmente	24,7	38,3	24,8	14,7
Considero-me politicamente participante	8,5	7,0	8,0	10,2
Ns/No	1,2	2,1	0,8	0,9
Total	100	100	100	100

Fonte: Adaptado de IBASE/POLIS, Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005

No âmbito escolar, essa informação pode significar que a Gestão Democrática estará prejudicada, diante do pequeno envolvimento discente.

O IBASE ainda realizou outra pesquisa, no ano de 2010, que resultou no Livro da Juventude Sul-Americanas, com dados sobre Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. De acordo com a publicação, investiu-se, desde o ano de 2004,

na construção de estudos versando sobre a juventude e suas características, abordando temas como demandas e participação, *para desvelar outros olhares capazes de qualificar o enfrentamento de estigmas e discriminações que incidem sobre o cotidiano jovem* (IBASE, 2010).

Em relação aos resultados sobre a participação do jovem nas organizações estudantis, em todos os países pesquisados, os dados da pesquisa do IBASE confirmaram um número realmente pequeno de alunos atuantes nas escolas, especialmente no Brasil, Chile e Argentina:

Para avaliar a participação no movimento estudantil, considerou-se só a parte da amostra que declarou estar estudando. Chegou-se, então, nos seguintes números: Paraguai 18,2%; Bolívia 17,9%; Uruguai 10,7; Chile 6,5%; Brasil 6,5%; Argentina 5,9%. (IBASE, 2010, p. 72)

Outra importante pesquisa, que traz dados semelhantes sobre a participação jovem no Brasil, realizada em 2013, é a denominada Agenda Juventude Brasil – Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros, realizada pela Secretaria Nacional da Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República, como atividade do Participatório (Observatório Participativo da Juventude)³. Seu propósito, de acordo com a ementa do documento, foi:

(...) levantar as questões da Juventude Brasileira de forma ampla e abrangente, de modo a possibilitar a análise e reflexão sobre perfil, demandas e formas de participação da juventude brasileira. Pretende subsidiar a elaboração de políticas públicas pensadas de forma integradas, a partir do universo juvenil. (BRASIL, 2013, p.3)

A pesquisa se subdividiu em cinco capítulos, com dados sobre o perfil e condições do jovem pesquisado, temas da juventude e percepções do país, vida política, políticas para a juventude e considerações finais. Foram entrevistados 3.300 jovens, de 15 a 29, distribuídos em todo o território brasileiro.

Foram levantados dados como sexo, cor, religião, situação familiar e socioeconômica, escolaridade e trabalho, a relação do jovem com as tecnologias de comunicação e informação, segurança e violência.

³ De acordo com a Agenda Juventude Brasil, em sua página 06, o Participatório é uma plataforma virtual que tem por finalidade a produção de conhecimento, dados, monitoramento, avaliação e gestão da informação das políticas públicas de Juventude, a partir da mobilização e participação de jovens, organizações juvenis, redes de pesquisadores, gestores e parceiros.

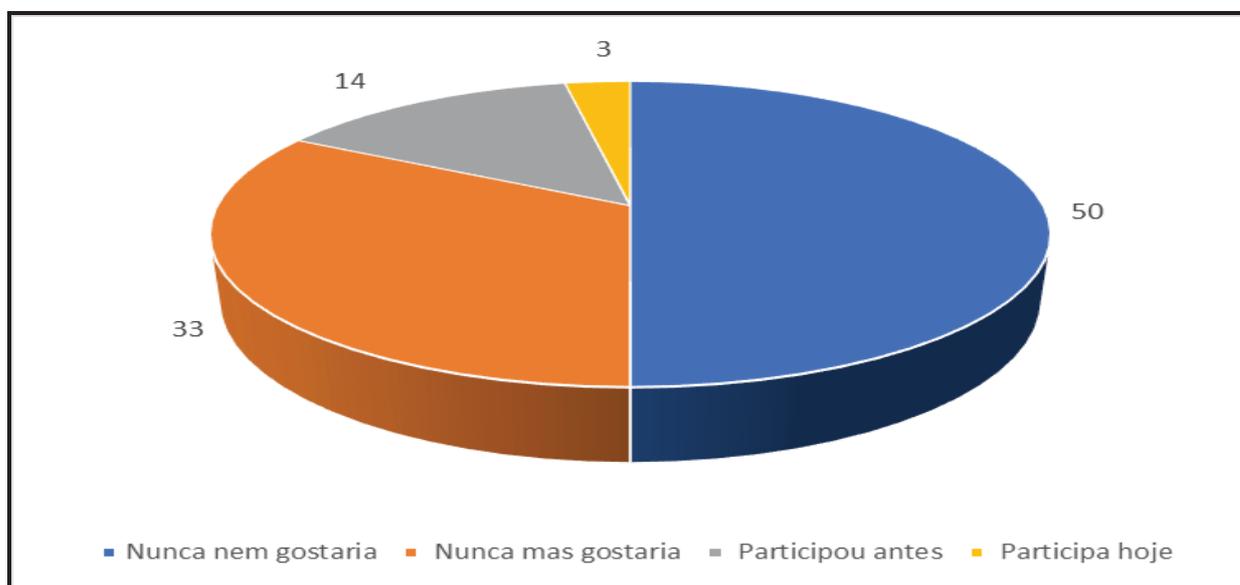
A informação mais relevante, contudo, para esta pesquisa, diz respeito ao grau de participação do jovem em associações e entidades que, assim como as pesquisas já relacionadas, aponta para uma pequena participação estudantil em Grêmios e Centros Acadêmicos. A Tabela 4 detalha os números obtidos pela pesquisa. Destaque para a informação de que 33% dos jovens entrevistados afirmam nunca terem participado de Grêmios ou Centros Acadêmicos, mas informaram que gostariam de participar.

Tabela 4 – Participação em Associações e Entidades (em%)

Participação	Nunca nem gostaria	Nunca mas gostaria	Participou antes	Participa hoje
Grupo religioso que se reúne para ações assistenciais ou políticas	55	25	11	8
Clube, associação esportiva, recreativa ou de lazer	40	42	12	6
Grupo artístico ou cultural	51	33	11	4
Sociedades de amigos do bairro, associação comunitária ou de moradores	55	35	7	3
Associação profissional ou sindicato de trabalhadores	59	34	3	3
Associação estudantil, Grêmio ou Centro Acadêmico	50	33	14	3
Grupo ou associação de trabalho voluntário não religioso	60	32	6	2
Entidade ou grupo de mídias livres ou alternativas	66	28	4	2
Partidos Políticos	88	7	3	1

Fonte: Adaptado de Agenda Juventude Brasil, Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros, 2013, p.38.

Gráfico 1 – Participação em Associações Estudantis, Grêmios ou Centros Acadêmicos (em%)



Fonte: Adaptado de Agenda Juventude Brasil, Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros, 2013, p.38.

No Peru, uma pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) em parceria com o Ministério da Educação, denominada *Primera Encuesta Nacional de la Juventud Peruana*, no ano de 2011, traz dados bastante semelhantes.

De acordo com a pesquisa, 20,7% da população jovem, entre 15 e 29 anos de idade, participa de um clube esportivo ou associação; enquanto em menor percentual participam de associação estudantil (12,4%) e grupos ou associações de jovens (9,4%). Mais de 60% da população jovem entre 15 e 19 anos de idade não participa de nenhum grupo ou associação.

Apesar disso, os Grêmios Estudantis das escolas, quando existentes e bem organizados, poderão fazer cumprir seu papel democrático. A UBES disponibiliza os modelos de Estatuto, Ata de Assembleia Geral, Ata de Eleição e documento de Fundação do Grêmio Estudantil para que os alunos tenham maior facilidade na organização de seus Grêmios.

No artigo 2º do estatuto, encontram-se os objetivos dos Grêmios. Além da representação do corpo discente e a defesa dos interesses individuais e coletivos dos alunos, há menção ao incentivo à literatura, artes e atividades desportivas. Também há a determinação para que se promova a cooperação entre todos os

membros da comunidade escolar e, certamente, o zelo pela democracia e garantia de participação dos alunos nas deliberações escolares.

O Estatuto, bastante completo, também traz as regras para as eleições, patrimônio, funções e responsabilidades de cada um de seus membros.

Nas Escolas Técnicas administradas pelo CEETEPs há grande incentivo para que os alunos constituam seus Grêmios Escolares. Há uma comissão responsável pelo acompanhamento e aprimoramento da comunicação das instituições auxiliares das Etecs, dentre elas os Grêmios - é a Comissão de Gestão Participativa (COGEP), que auxilia e orienta as Etecs nas questões relativas aos Grêmios, Associações de Pais e Mestres e Conselho de Escola (ANEXO B).

As Etecs informam à Comissão, através do preenchimento de dados no Sistema Bem-te-vi, ferramenta de apoio às escolas para a gestão dos processos das Instituições Auxiliares, se essas instituições foram constituídas em suas unidades.

De acordo com dados extraídos do Bem-te-vi e referentes ao período de 2017 à 2018, 195 (cento e noventa e cinco) Etecs alimentaram o sistema com suas informações sobre Grêmios, dentre esse número, 31 (trinta e uma) delas afirmaram que o Grêmio estava inativo ou não informaram sobre sua constituição. Percebe-se, portanto, que a maior parte das Etecs, entre 2017 e 2018, contava com Grêmios Estudantis constituídos.

2.1.3 Conselho de Escola

Os Conselhos de Escola são colegiados que também possibilitam a participação da comunidade nas decisões escolares.

Sua história de surgimento relaciona-se às lutas e movimentos pela democracia no final do século XX. Foi o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1978, instituído pelo Decreto 11.625, que criou o Conselho de Escola, embora apenas para servir de órgão consultivo das expectativas da comunidade escolar.

O Conselho passou a ser deliberativo somente na década seguinte, em 1985 para, contudo, ser revogado em 1986, na tentativa de manter-se a centralização do poder desde sempre instalada nas escolas e governos.

Apesar da tentativa de impedir-se a participação comunitária nas decisões escolares, já em 1989, após a promulgação da Constituição da República em 1988, os Conselhos retomaram a posição como órgãos deliberativos nas escolas.

Hoje, o Governo do Estado de São Paulo disponibiliza uma cartilha com as principais informações pertinentes à organização e funções do Conselho de Escola, embasando-se nos princípios da gestão democrática.

De acordo com o documento,

o Conselho de Escola se configura como órgão colegiado fundamental, pois envolve representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, constituindo-se em espaço de construção de novas maneiras de compartilhar o poder de decisão e a corresponsabilidade da escola. O Conselho de Escola é fruto de um processo coerente e efetivo de construção coletiva e tem papel decisivo na democratização da educação na escola, considerando que reúne diretor, professor, funcionário, aluno, família e representante da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento da Proposta Pedagógica. (CARTILHA CONSELHO DE ESCOLA, 2014, p.06).

De fato, o Conselho de Escola poderá desempenhar papel fundamental para a efetiva realização da gestão participativa. Especialmente porque, como órgão colegiado, é composto por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar.

Como pontos positivos da atuação do Conselho de Escola, a Cartilha destaca importantes aspectos, tais como a maior transparência das decisões tomadas pelo coletivo da escola, já que elas refletem sua pluralidade de interesses.

Em São Paulo, até os dias atuais, ainda é a Lei Complementar número 444/85 (Estatuto do Magistério Paulista) que prevê a composição dos Conselhos de Escola e estabelece o direito docente e discente de compor o colegiado. A Lei já sofreu mais de 50 (cinquenta) alterações desde sua publicação, para acompanhar a evolução dos tempos no magistério e nas escolas.

Em seu artigo 95, que estabelece a natureza deliberativa do Conselho, há também a definição da estrutura básica, com os respectivos percentuais de alunos, pais, professores e funcionários que comporão os Conselhos em cada unidade escolar, presididos pelo Diretor da Escola. Há, ainda, as regras para as convocações das reuniões ordinárias e extraordinárias que devem ser realizadas semestralmente.

É também neste artigo que encontramos as principais atribuições do Conselho de Escola. Dentre elas, destacam-se: deliberar sobre as metas da escola; deliberar sobre alternativas de solução para os problemas de natureza administrativa e pedagógica; deliberar sobre programas especiais para integração da escola com as famílias; deliberar sobre as prioridades para aplicação de recursos da Escola;

penalidades disciplinares, elaborar o regimento escolar e outras.

De acordo com a atuação, o Conselho estará exercendo funções ora consultivas, ora deliberativas, ora fiscalizadoras, ora pedagógicas e, ainda, mobilizadoras.

Encontramos as normas referentes ao Conselho de Escola das Escolas Técnicas administradas pelo CEETEPS no Regimento Comum das Etecs (Deliberação CEETEPS Nº 003, de 18 de julho de 2013). O Regimento, em seu artigo 10, traz as regras para a composição do CE nas Etecs, prevendo a participação de, ao menos, um membro representante de cada segmento escolar: o diretor, como presidente nato, um representante das diretorias de serviços e relações institucionais; um representante dos professores; um representante dos servidores técnico e administrativos; um representante dos pais de alunos; um representante dos alunos e um representante das instituições auxiliares. Além dos membros da comunidade escolar, também prevê a participação de membros da comunidade extraescolar, como um representante de órgão de classe; um representante dos empresários (vinculado a um dos cursos ofertados pela Etec); um aluno egresso; um representante do poder público municipal; um representante de instituição de ensino vinculada a um dos cursos e representantes de demais segmentos de interesse da escola.

Como atribuições, o Regimento prevê, em seu artigo 11, que o Conselho de Escola deliberará, entre outros assuntos, sobre o projeto político-pedagógico e alternativas de solução para os problemas acadêmicos e pedagógicos da unidade. Também deliberará sobre a aplicação dos recursos escolares e a propositura de implantação ou extinção de cursos oferecidos pela Etec, de acordo com as demandas locais e regionais, bem como sobre a aprovação de seu Plano Plurianual de Gestão Escolar.

A COGEP do CEETEPS também auxilia e orienta as Etecs nas questões relativas aos Conselhos de Escola.

As Etecs informam à Comissão, através do preenchimento de dados no Sistema Bem-te-vi, ferramenta de apoio às escolas para a gestão dos processos das Instituições Auxiliares, sobre a constituição do CE em suas unidades.

De acordo com dados extraídos do Bem-te-vi e referentes ao período de 2017 à 2018, 199 (cento e noventa e nove) Etecs alimentaram o sistema com informações sobre seus Conselhos de Escola, indicando-os como ativos.

2.1.4 Associação de Pais e Mestres e Outras Possibilidades de Participações na Escola

A Associação de Pais e Mestres (APM) é mais uma instituição auxiliar da escola, com papel importante para a efetivação da gestão participativa.

Em São Paulo, a legislação que a regulamenta é o Decreto n. 12.983/78 e suas alterações, que estabelecem o modelo de Estatuto Padrão a ser observado pelas escolas.

As APM são pessoas jurídicas de direito privado, sem finalidade econômica que, constituídas por representantes de todos os segmentos escolares, objetivam, principalmente, trazer e representar as aspirações da comunidade e dos pais de alunos junto à escola. Para tanto, de acordo com a redação do artigo 4º do Estatuto Padrão, podem *mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade* para: melhorar o ensino, desenvolver atividades de assistência ao aluno, conservar e manter os prédios escolares, seus equipamentos e suas instalações, programar atividades culturais e de lazer envolvendo pais, professores e alunos, executar pequenas obras e outros assuntos correlatos.

Embora não tenha fins econômicos, a APM de uma escola poderá levantar recursos para realizar seus objetivos. Tais recursos devem ser arrecadados mediante contribuição dos associados, realização de convênios, solicitação de doações ou promoções diversas; nos termos do artigo 7º do Estatuto Padrão. Todas as formas de arrecadação têm caráter facultativo.

O Estatuto também traz a relação de órgãos responsáveis pela administração da APM e sua composição: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

A presidência da Assembleia Geral compete ao Diretor da escola. Dentre suas funções, elencadas no Artigo 15, está a eleição e destituição de membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, bem como a apreciação do balanço anual e os balancetes semestrais, solicitando-se o parecer do Conselho Fiscal para a aprovação das contas.

O Conselho Deliberativo também é presidido pelo Diretor da unidade e, nos termos do Artigo 16 do Estatuto, deverá ser constituído de, ao menos, 11 (onze) membros eleitos em Assembleia Geral, entre professores, pais de alunos, alunos e

membros admitidos.

No CEETEPS, as Etecs constituem suas APM seguindo o modelo Estadual. Assim como nos Conselhos e Grêmios, a COGEP auxilia e orienta as escolas nas questões relativas à APM.

As Etecs informam à Comissão, através do preenchimento de dados no Sistema Bem-te-vi, sobre a constituição da APM em suas unidades.

De acordo com dados extraídos do Bem-te-vi e referentes ao período de 2017 à 2018, 194 (cento e noventa e quatro) Etecs alimentaram o sistema com suas informações sobre APM, dentre esse número, 11 (onze) delas afirmaram que a APM estava inativa ou não informaram sobre sua constituição. Percebe-se, portanto, que a maior parte das Etecs, entre 2017 e 2018, contava com Associação de Pais e Mestres constituída.

Além dos Grêmios, Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres e da construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico, existem outras formas de participação da comunidade nas questões escolares. Maneiras pelas quais alunos, professores e funcionários poderão intervir, debater, manifestarem-se sobre suas necessidades e contribuir para a efetivação da gestão escolar democrática.

Participar da construção do Regimento Escolar, por exemplo, ou de reuniões de alunos representantes com a Direção da escola ou, ainda, da confecção do calendário anual escolar são outras maneiras de atuação da comunidade nas questões da escola, de interesse de todos.

Nas Etecs de São Paulo, administradas pelo CEETEPs, a comunidade participa ativamente da escolha de seus diretores.

Os professores interessados, desde que qualificados em processo de avaliação específico para o exercício da função, candidatam-se para o processo eleitoral. Toda a comunidade escolar vota: professores, alunos e funcionários. Após a apuração dos votos, um dos três candidatos mais votados é designado, pela Superintendência do CEETEPS, para o exercício da função durante um mandato de 04 (quatro) anos. O Diretor poderá, caso deseje, concorrer novamente para um mandato de mesmo período, dando sequência ao trabalho realizado, se eleito e designado⁴.

⁴ Regimento Comum das Etecs, artigo 20 - A designação ou a recondução do Diretor de Escola Técnica dar-se-á com base em relação que contenha os nomes dos três primeiros candidatos mais votados pelo Colégio Eleitoral, constituído especialmente para esse fim, em cada Etec.

Observa-se que as formas de escolha dos diretores escolares, nas palavras de Mendonça (2001), são verdadeiras reveladoras das concepções de gestão democrática adotadas pelos sistemas de ensino.

Em sua pesquisa, o autor constatou que, no final do Século XX, anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que adotou a gestão democrática da educação como princípio, o mecanismo de escolha de diretores mais adotado no país (53% dos casos) era a eleição, seguida pela indicação (44%), com finalidades políticas ou apadrinhamento político. Segundo o autor, ainda, as críticas às indicações políticas de diretores fizeram com que surgissem as alternativas de concursos públicos e eleições, de maneira que os candidatos aos cargos passem por prévia avaliação de suas qualificações.

Outra forma de participação e atuação da comunidade nas questões escolares é formação das Cooperativas Escola.

A Cooperativa Escola tem seu principal fundamento jurídico na Lei nº 5.764/71, que define a política nacional do cooperativismo. No âmbito das escolas agrícolas, a legislação que as embasa é a Resolução CNC 23/82 (ANEXO C).

De acordo com a Resolução, em seu item IV, são objetivos básicos das cooperativas no espaço escolar: educar os alunos dentro dos princípios do cooperativismo e servir de instrumento operacional do processo de aprendizagem; objetivar a aquisição de material didático e insumos em geral, realizar a comercialização dos produtos agropecuários, decorrentes do processo ensino-aprendizagem, bem como a prestação de outros serviços da conveniência do ensino e do interesse dos associados.

No CEETEPS, é a Deliberação nº 17/1994 que autoriza o funcionamento das Cooperativas Escola nas Etecs Agrícolas.

A COGEP também auxilia e orienta as escolas agrícolas nas questões relativas às Cooperativas.

§ 1º - O Colégio Eleitoral, de que trata o caput deste artigo, será constituído, no mínimo, 30 dias antes do término do mandato do Diretor e terá a seguinte composição:

todos os docentes em exercício na Etec, contratados pelo CEETEPS;

todos os servidores técnicos, administrativos e auxiliares de docente do CEETEPS em exercício na Etec;

todos os alunos matriculados na Etec.

§ 2º - Os votos válidos terão peso percentual final correspondente a 60, 20 e 20, respectivamente, para docentes, servidores técnicos, administrativos, auxiliares de docente e alunos.

Artigo 21 - As normas relativas ao processo de qualificação e de eleição são as fixadas pelo Conselho Deliberativo.

As Etecs informam à Comissão, através do preenchimento de dados no Sistema Bem-te-vi, sobre a constituição da Cooperativa Escola em suas unidades.

De acordo com dados extraídos do Bem-te-vi e referentes ao período de 2017 à 2018, 34 (trinta e quatro) Etecs Agrícolas, entre 2017 e 2018, contavam com Cooperativas Escola constituídas.

2.1.5 Congregações das FATECs

O Ensino Superior, um dos níveis de educação do País, também deve contemplar mecanismos que possibilitem a participação da comunidade nas decisões das instituições, em atendimento ao princípio da gestão democrática do ensino público.

Uma das principais formas de participação da comunidade se dá por meio das Congregações das Faculdades. A Congregação é o órgão colegiado deliberativo das instituições de ensino superior, composta por representantes eleitos dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica: alunos, professores, funcionários e comunidade externa.

A primeira menção legal encontrada, fazendo referência às Congregações, data de 1854 (Decreto 1.386 de 28 de abril de 1854), que versa sobre os Estatutos dos Cursos Jurídicos.

O Regimento Unificado das Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Deliberação Ceeteps-7, de 2006), estabelece que a Congregação é o órgão de supervisão do ensino, da pesquisa e da extensão de serviços à comunidade da Faculdade, obedecidas às diretrizes gerais da política educacional do Ceeteps. O Regimento traz as diversas responsabilidades atribuídas à Congregação, tais como criação e extinção de cursos, avaliação dos resultados das atividades da faculdade, elaboração de seu regimento interno, resolução de recursos, constituição dos conjuntos de disciplinas afins dos cursos ministrados e outras. Suas reuniões ordinárias devem acontecer a cada 02 (dois) meses.

Sua constituição deve seguir os moldes estabelecidos no artigo 4º, da seguinte maneira: o Diretor, em razão de sua função, será o Presidente nato da Congregação, da qual farão parte o Vice-Diretor e os Chefes de Departamento ou Coordenadores de Cursos. Com membros eleitos, deverão compor a Congregação 5 (cinco) Professores Plenos e até 3 (três) Professores Associados, até 2 (dois)

Professores Assistentes e 1 (um) Professor Auxiliar. Também farão parte representantes do corpo técnico administrativo (até 20% do total de membros), representantes discentes (até 20% do total de membros) e um representante da comunidade externa.

A FATEC São Paulo, objeto da pesquisa, possui Regimento Interno próprio de sua Congregação, aprovado em sua 111ª Sessão Extraordinária, datada de 15/02/2018.

2.1.6 Centros Acadêmicos, Associações Atléticas e Empresa Junior

O movimento estudantil está organizado também nas instituições de ensino superior. É a Lei 7.395/85 que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior, declarando a UNE (União Nacional dos Estudantes, criada em 1937) como entidade representativa do conjunto dos estudantes das Instituições de Ensino Superior existentes no País⁵.

A citada Lei ainda assegura aos estudantes o direito à organizarem-se em Centros Acadêmicos ou Diretórios Acadêmicos, cujo funcionamento deve ser definido em seus estatutos, aprovados em Assembleia dos alunos.

A entidade estudantil mais antiga, de que se tem notícia no ensino superior do Brasil, foi fundada em 1903, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

De acordo com a UNE, em sua cartilha denominada Mude o Brasil, os Centros Acadêmicos tem como função contribuir para a formação de consciência crítica entre os estudantes, bem como promover a troca de ideias e conhecimento, o fomento à cultura e a integração entre os alunos, professores, funcionários e direção das Instituições, fiscalizando-as.

O Centro Acadêmico da FATEC São Paulo, denominado XXIII de Abril, foi criado em 1979, para representação de seus alunos.

Os alunos das instituições de educação superior também podem organizar Associações Atléticas. A base legal para sua criação é o Decreto-Lei 3.617/1941, que estabelece as bases de organização dos desportos universitários.

A citada Lei determina que os alunos dos estabelecimentos de ensino superior deverão constituir suas associações atléticas acadêmicas, para a prática de

⁵ Lei Federal 7.395/85. Redação do Artigo 01º.

esportes e competições desportivas, anexas aos Diretórios Acadêmicos, de maneira que o conjunto delas formará Confederação dos Desportos Universitários.

Outra possibilidade de organização de competência dos alunos do ensino superior é a Empresa Junior.

A Lei Federal que regulamenta a criação e organização das associações denominadas Empresas Juniores é a Lei nº. 13.267/16, bem como seu funcionamento nas instituições de ensino superior.

De acordo com a Lei, empresa júnior é a associação civil, sem fins lucrativos, organizada por alunos matriculados em curso de graduação, cujo propósito será realizar projetos e serviços que auxiliem no desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes associados, bem como os capacite para o mercado de trabalho.

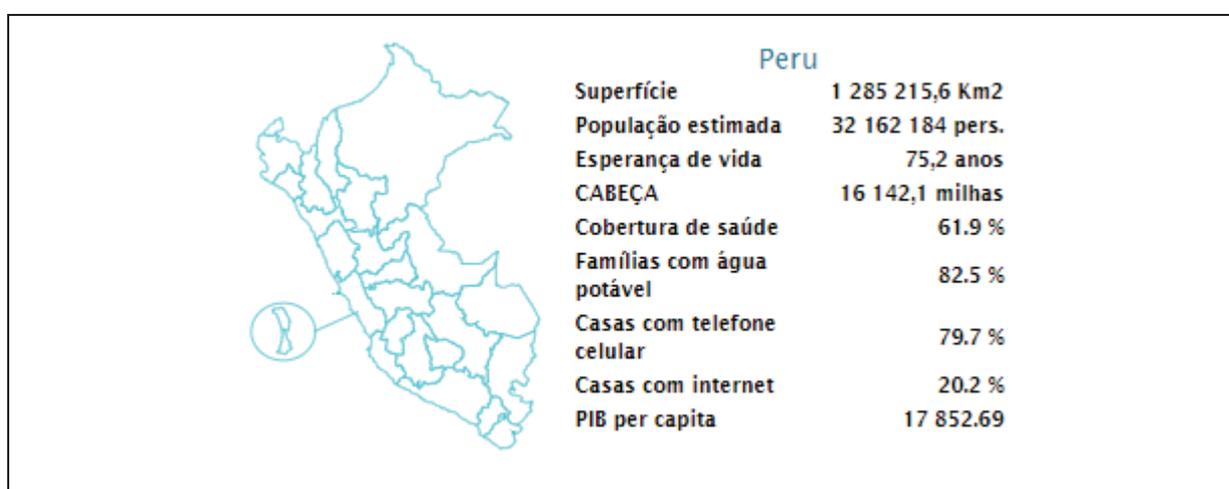
O trabalho realizado pelo aluno, no âmbito de seu curso de graduação, tem natureza de serviço voluntário e relação com o conteúdo programático aprendido.

Os professores devem orientar as atividades desenvolvidas pela empresa júnior e sua gestão será autônoma, de modo que não haverá relação com a direção da faculdade ou com o centro acadêmico.

3 ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: PERU E BRASIL

O Peru é um país com um número aproximado de 32.162.184 (trinta e dois milhões, cento e sessenta e dois mil, cento e oitenta e quatro) habitantes. Seu território possui 1.285.215,6 Km² (um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, duzentos e quinze) de extensão e a expectativa de vida de sua população é de 75,2 (setenta e cinco anos e dois meses), de acordo com dados oficiais extraídos do INEI – Instituto Nacional de Estadística e Informática do Peru, Figura 1:

Figura 1 – Dados Estatísticos do Peru



Fonte: Instituto Nacional de Estadística e Informática do Peru. Disponível em: <www.inei.gob.pe>. Acesso em 30 mar. 2018

O Brasil, por sua vez, tem população estimada de 208.817.055 (duzentos e oito milhões, oitocentos e dezessete mil e cinquenta e cinco) habitantes. Seu território é de 8.515.759,090 km² (oito milhões, quinhentos e quinze mil, setecentos e cinquenta e nove) de extensão e a expectativa de vida de sua população é de 75,8 (setenta e cinco anos e oito meses), de acordo com dados oficiais extraídos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

Apesar das grandes diferenças territoriais e populacionais, os dois países adotam um sistema de ensino semelhante.

De acordo com a LDB, em seu artigo 21, a educação escolar no Brasil será composta da educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; bem como da educação superior.

A educação técnica e profissional no Brasil faz parte do currículo do ensino médio. O artigo 36 da LDB, recém modificado no ano de 2017, tornou nosso sistema

de ensino mais semelhante ao peruano, uma vez que, agora, o estudante de ensino médio poderá cursar, além da Base Nacional Comum Curricular, o itinerário formativo de escolha:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas;

V - formação técnica e profissional.

A LDB também determina que, a critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho.

No Peru, a Lei Geral de Educação nº 28044/03, regulamenta a educação. O sistema de ensino está organizado em etapas, níveis, modalidades, ciclos e programas.

As etapas existentes são: educação básica e educação superior. A educação básica é obrigatória e gratuita, se subdividindo em educação regular, alternativa (para jovens e adultos fora de fase) e especial (para estudantes com necessidades educativas especiais). A educação básica regular compreende os seguintes níveis: educação inicial (para crianças menores de 06 anos), primária (com duração de 06 anos) e secundária (com duração de 05 anos), conforme Figura 2.

Na educação secundária, os estudantes receberão formação científica, humanística e técnica, neste caso, com o complemento oferecido pela Educação Técnico Produtiva.

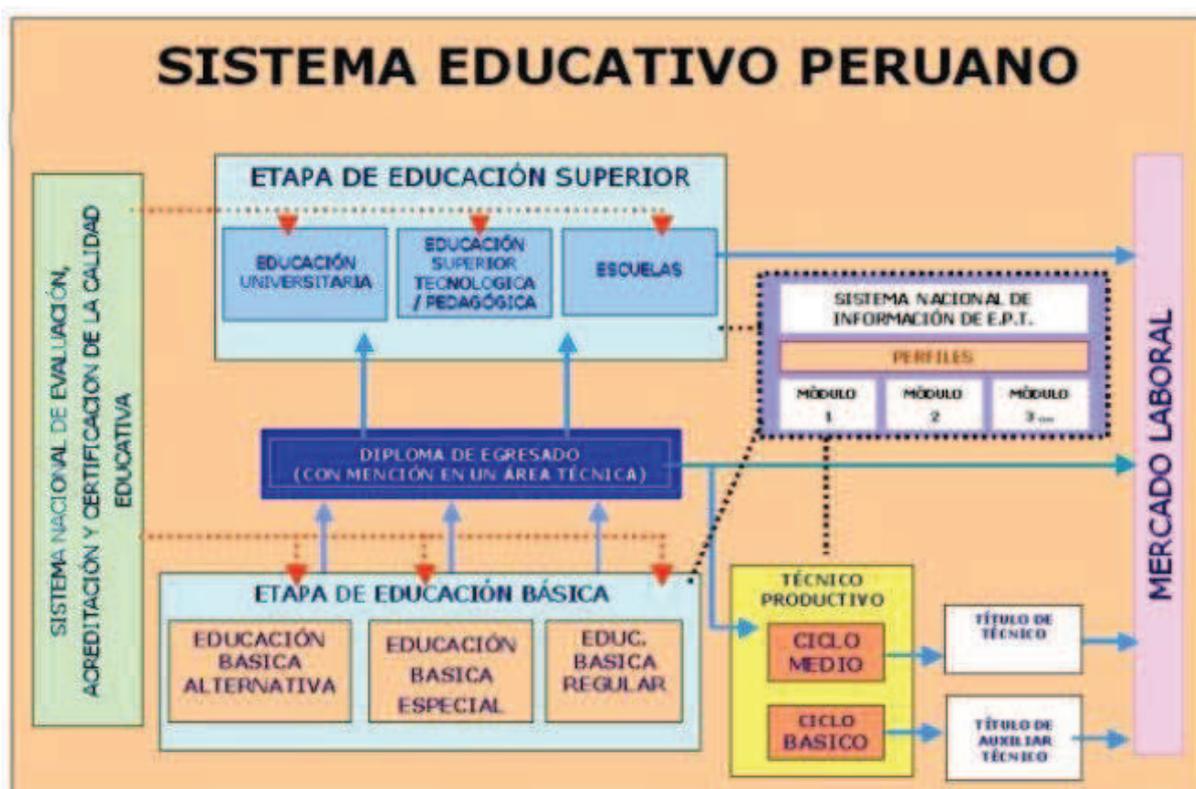
Figura 2 – Ciclos da Educação no Peru

NIVELES	Inicial		Primaria				Secundaria						
CICLOS	I	II	III	IV	V	VI	VII						
	años	años											
GRADOS	0-2	3-5	1º	2º	3º	4º	5º	6º	1º	2º	3º	4º	5º

Fonte: HIJAR, Elizabeth Quinteros. Revista de Lá Asociacion de Inspectores de Educacion de España. Revista nº 07

A Educação Técnico Produtiva (ETP) também se organiza em ciclos e módulos, de acordo com as competências produtivas necessárias para o mercado de trabalho. Esses ciclos podem ser sucessivos ou propedêuticos, nos termos do artigo 42 da Lei: o ciclo básico (competências necessárias para executar trabalhos de menor complexidade) e ciclo médio (competências necessárias para o exercício de uma atividade ocupacional especializada). Para acessar o ciclo médio, é necessário que o aluno adquira as competências equivalentes ao segundo nível da Educação Básica, mas também há possibilidade de cursá-los simultaneamente, conforme desenho do Sistema Educativo do Peru, na Figura 3.

Figura 3 – Sistema Educativo do Peru



Fonte: HIJAR, Elizabeth Quinteros. Revista de Lá Asociacion de Inspectores de Educacion de España. Revista nº 07

A Educação Superior, que poderá ser pública ou particular, é a segunda etapa do Sistema Educativo peruano.

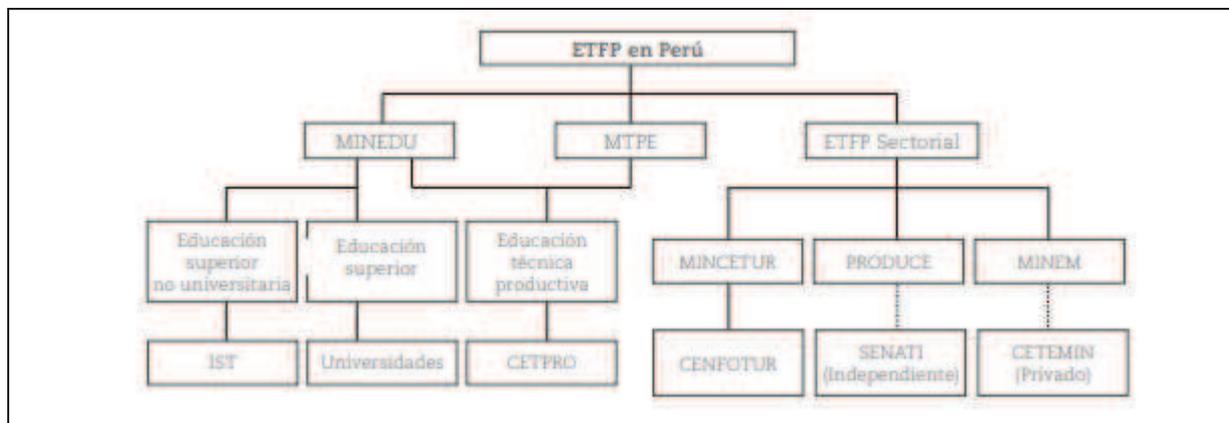
A ETP é ofertada nos Centros de Educação Técnico Produtiva (CETPRO), que somam mais de 1700 unidades no país, enquanto a superior é ofertada nos Institutos e Escolas de Educação Superior Tecnológica (IEST).

O Técnico formado em um CETPRO (com dois anos de estudo) poderá, com

mais um ano de estudo, receber a titulação de Profissional Técnico, em um IEST.

O Senati é considerado uma das principais IEST do Peru.

Figura 4 – Organograma Educação no Peru



Fonte: Educación técnica y formación profesional en Perú, Korea Institute for Development Strategy. ISBN: 978-980-422-033-3

Traçadas essas linhas sobre a organização da educação no Peru, resta falar sobre gestão escolar e sobre a parceria SENATI e CEETEPS.

A Lei Geral de Educação do Peru, no artigo 8º, traz, como fundamento da educação, os princípios da ética, da igualdade, da qualidade, da democracia, da interculturalidade, da consciência ambiental, da criatividade e da inovação, conceituando, ainda, democracia:

Art. 8. Democracia, que promove o pleno respeito pelos direitos humanos, liberdade de consciência, pensamento e opinião, o pleno exercício da cidadania e o reconhecimento da vontade popular; contribuindo para a tolerância mútua nas relações entre maiorias e minorias e reforço do Estado de direito. (Lei Geral de Educação do Peru, artigo 8º- tradução nossa)

Nota-se, da leitura da lei, que há preocupação em relação à participação da comunidade nos processos educacionais, para garantia do pleno exercício da cidadania e efetiva democracia.

O artigo 22 prevê, como função da sociedade, o direito e o dever de contribuir para a qualidade e equidade da educação, além de auxiliar no desenvolvimento de projetos que contribuam para a consecução dos objetivos da educação, promover a criação de um ambiente social favorável para a aprendizagem e cuidados de seus membros, desenvolvendo uma cultura de prestação de contas e supervisão cidadão

do ensino e da ética pública.

Essa participação, no que diz respeito às questões locais da escola, será efetivada pela comunidade educativa, composta por alunos, pais, professores, diretores, administradores, ex-alunos e membros da comunidade, que participarão do Conselho Educacional, cujos membros são eleitos, e da criação do Projeto de Educação.

A Lei Geral de Educação estabelece, ainda, que o diretor, concursado, é considerado a autoridade máxima e representante legal da instituição, devendo presidir o Conselho Educacional, promovendo a participação comunitária na escola.

De acordo com a Lei, o Conselho Educacional é um órgão de participação, consulta e supervisão do cidadão, que será presidido pelo Diretor e composto pelos diretores assistentes, representantes de professores, alunos, ex-alunos e pais. Eles também poderão ser integrados por outras instituições da comunidade por convite aos seus membros.

O regulamento da ETP traz, em seu item 28, as características da gestão dos Centros de Educação Técnico-Produtiva, a encargo do diretor:

- a) Determinar as necessidades e expectativas da Educação Técnico-Produtiva em sua esfera de influência e sustentar o seu Projeto Educativo Institucional através dos estudos correspondentes de viabilidade integral da oferta e demanda educacional e trabalhista, com a contribuição da Setores de Trabalho e Promoção do Emprego, Produção, assim como outros setores da Estado e sociedade.
- b) Promover e participar de atividades de estágio e intercâmbio de experiências, a fim de aperfeiçoar a tecnologia produtiva e educacional.
- c) Promover, executar e apoiar ações de pesquisa, experimentação e inovação de novas metodologias, estratégias de ensino, aprendizagem e tecnologia aplicada a produção
- d) Apoiar as atividades técnico-pedagógicas e de gestão da Educação Básica.
- e) Cumprir e fazer cumprir as funções de Gestão Institucional, Pedagógica, Administrativa, Financeira e Produtiva.
- f) Participar de redes de cooperação com instituições de ensino de sua área. (Reglamento De Educación Técnico-Productiva, artigo 28 - tradução nossa)

Para fazer cumprir o item “f” acima citado, as instituições poderão firmar parcerias e acordos de cooperação com outras instituições de ensino, empresas do setor público ou privado, organizações de trabalhadores e empregadores. São as chamadas alianças estratégicas, consideradas, pela lei, estratégias de participação

democrática nos CETPRO e, também, nos IEST, como o SENATI.

O SENATI é um Instituto de Educação Superior Tecnológica, criado pela Sociedade Nacional das Indústrias. De acordo com seu site, tem o objetivo de proporcionar aos jovens a oportunidade de treinar profissionalmente em atividades industriais:

Em 1960, os empregadores da Sociedade Nacional de Indústrias se encarregaram da criação de uma instituição que treina milhares de jovens na atividade industrial manufatureira e no trabalho de instalação, reparo e manutenção. Assim, um ano depois, em 19 de dezembro de 1961, o SENATI foi criado pela Lei nº 13771. (SENATI)

O SENATI é pessoa jurídica de direito público, com autonomia técnica, pedagógica, administrativa e financeira. Seu Estatuto é aprovado pelo Conselho Nacional e, embora sua natureza seja de direito público, sua gestão é privada, uma vez que não recebe verbas do setor público, gozando de autonomia em sua gestão.

Os recursos para financiamento de suas atividades advêm das seguintes situações: prestação de serviços de treinamento e de assistência técnica, serviços provenientes da Cooperação Técnica Internacional e Nacional, dispositivos e regras legais que regem a contribuição para o SENATI, Código Tributário, Lei de Organização e Funções do SENATI Nº 26272, Lei nº 29.672 que autoriza o SENATI a conceder títulos em nome da Nação.

O Acordo de Cooperação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 2017, firmado entre o CEETEPS e o SENATI de Lima (Anexo D), tem o seguinte objetivo:

(...) contribuir à promoção, desenvolvimento e à capacitação técnica e científica dos recursos humanos do CEETEPS e do SENATI, através do intercâmbio e a transferência de conhecimentos e tecnologia, assim como do intercâmbio de material bibliográfico e didático de interesse assim como a execução dos projetos de interesse para ambas instituições, que permitam aperfeiçoar os programas curriculares de suas áreas técnicas, a planificação estratégica e a gestão da qualidade. (CEETEPS e SENATI, Acordo de Cooperação).

As instituições declaram, no documento, possuírem a mesma missão em termos de contribuição para o desenvolvimento econômico e social de seus países, por meio *de capacitação e atualização tecnológica de recursos humanos e do fomento ao desenvolvimento tecnológico e à pesquisa aplicada.*

As ações previstas no Acordo, para que CEETEPS e SENATI atinjam os objetivos propostos, são:

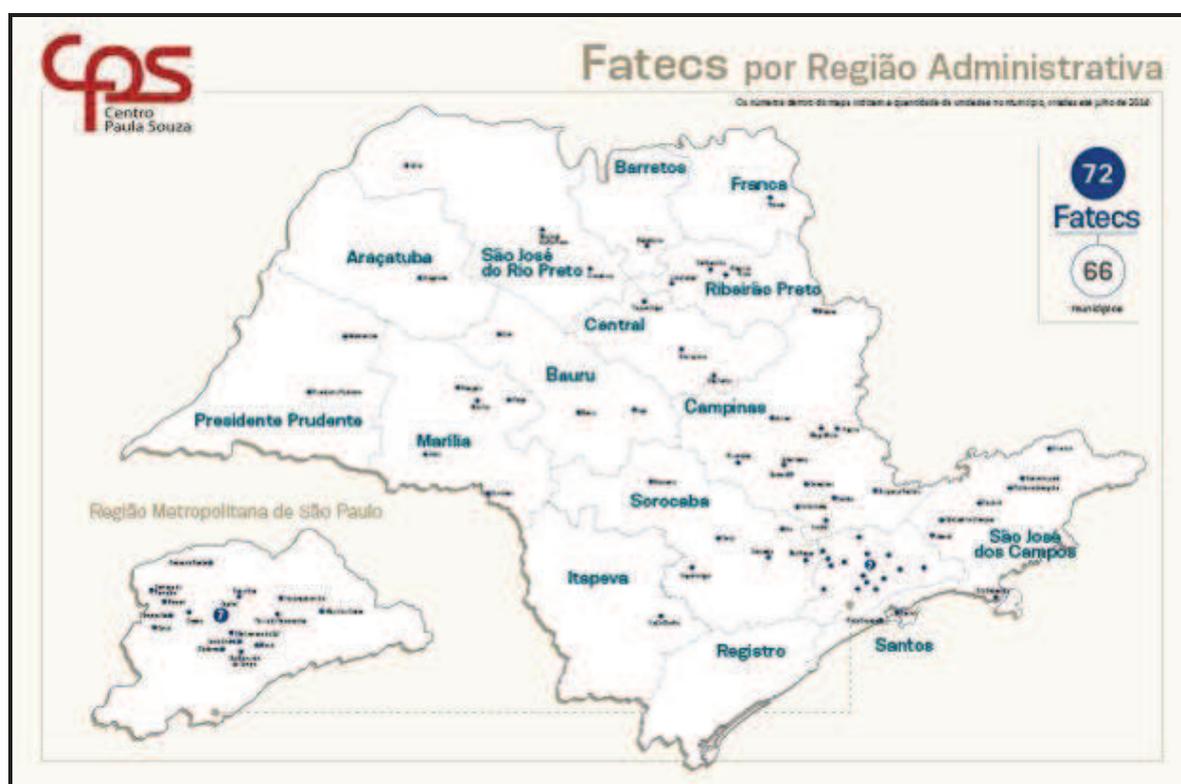
- a) o fortalecimento acadêmico e operativo dos programas de formação de ambas instituições;
- b) a capacitação e aperfeiçoamento de funcionários, diretivos, assessores, alunos, profissionais instrutores e pessoal administrativo de ambas instituições, através de cursos, seminários, congressos, estágios técnicos ou empresariais, seja de forma presencial e/ou virtual;
- c) o intercâmbio e envio de especialistas para o desenvolvimento de ações e trabalhos em áreas de interesse institucional;
- d) o intercâmbio de estudantes com o fim de realizar transferência tecnológica em temas de interesse conjunto assim como de intercâmbio cultural;
- e) a participação conjunta em fóruns, seminários e demais atividades informativas e de divulgação das atividades que impactem o fortalecimento dos setores econômicos e industriais relacionados com cada instituição;
- f) a promoção de outras atividades e/ou projetos que resultem de interesse para as partes, de acordo a seus fins institucionais;
- g) o fomento à participação de ambas as instituições em feiras e olimpíadas de interesse conjunto,
- h) a manutenção permanente da comunicação entre as partes, que permita identificar oportunidades para gerar novos serviços de formação e/ou capacitação profissional e serviços técnicos segundo demanda detectada, e outros que sejam de interesse de ambas instituições.

O documento ainda detalha as regras de subordinação de seus empregados, deixando claro que, quando do desenvolvimento das ações do Acordo de Cooperação, não se configurará vínculo empregatício, a não ser junto ao seu empregador, além de estabelecer, ainda, regras de propriedade intelectual ou industrial eventualmente geradas em razão das atividades das partes e regras de confidencialidade de documentos e informações de que tomem conhecimento em razão do convênio firmado.

3.1 Ambiente das Instituições Pesquisadas

No final do ano de 2018, o CEETEPS administrava (duzentas e vinte e uma) Escolas Técnicas e 72 (setenta e duas) Faculdades de Tecnologia, distribuídas pelo Estado de São Paulo. Alguns municípios contam com mais de uma unidade e outros com classes descentralizadas. O CEETEPS está em aproximadamente 300 (trezentos) municípios do Estado de São Paulo, conforme Figura 05.

Figura 5 – FATECs por Região Administrativa



Fonte: Portal do Centro Paula Souza, disponível em <http://www.portal.cps.sp.gov.br/FATEC/escolas/>. Acesso em 21 set 2018.

Ofertando cursos desde 1970 e com a criação da FATEC São Paulo, uma das primeiras unidades (em conjunto com a unidade de Sorocaba), inaugurada em 10 de abril de 1973, o Centro Paula Souza (denominado Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo, quando de sua criação em 1969), contou, no último ano, com mais de 207.000 (duzentos e sete mil) alunos matriculados nos cursos técnicos e 82.000 (oitenta e dois mil) alunos matriculados nos Cursos Superiores de Tecnologia.

A FATEC São Paulo oferece, hoje, os Cursos Superiores de Tecnologia em

Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Automação de Escritórios e Secretariado, Edifícios, Eletrônica Industrial, Movimentação de Terra e Pavimentação, Gestão de Turismo, Hidráulica e Saneamento Básico, Instalações Elétricas, Materiais, Mecânica de Precisão, Microeletrônica e Soldagem.

A FATEC São Paulo está localizada na Praça Coronel Fernando Prestes, no Bairro do Bom Retiro, em São Paulo. No mesmo espaço, por várias décadas, esteve também a Administração Central do CEETEPS, até o ano de 2013 (inauguração da nova sede da Administração Central, no bairro Santa Ifigênia em São Paulo) e, ainda hoje, a sede do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza.

Para melhor compreensão do cenário onde está inserida a FATEC São Paulo, tem-se que, dentre os aspectos regionais, o Município de São Paulo, capital do Estado, possui população estimada de mais de 12.176.866 (doze milhões, cento e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta e seis) habitantes, com uma média de 7.396,26 (sete mil, trezentos e noventa e seis) habitantes por Km², de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em termos de rendimentos, o salário médio do trabalhador formal é de 4,2 salários mínimos, sendo que o equivalente à 31,6% da população possui rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo.

Em termos de educação, a taxa de escolarização é de 96% na faixa etária de 06 à 14 anos, que corresponde à conclusão do Ensino Fundamental II. Há no município 1.384 (mil, trezentos e oitenta e quatro) escolas de ensino médio e cerca 496.829 (quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e vinte e nove) alunos nelas matriculados.

Quanto aos docentes, o município conta com 72.656 (setenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e seis) professores de ensino fundamental e outros 28.411 (vinte e oito mil, quatrocentos e onze) professores de ensino médio.

Em termos de economia, o PIB per capita do município é de R\$ 54.357,81. Isto significa que, em termos nacionais, São Paulo ocupa o 01º lugar no ranking dos municípios.

Sua área territorial equivale à 1.521,110 Km².⁶

Em levantamento realizado no último processo Vestibular, para 2018, a FATEC contou com o ingresso de mais de 900⁷ (novecentos) novos alunos.

⁶ Dados extraídos do site do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>

⁷ Dados extraídos do site do Vestibular das FATECs - <http://www.vestibularFATEC.com.br/>

De acordo com o site da unidade, é política institucional o contato permanente com os setores produtivos de bens e serviços, para a realização de projetos em parceria e para a atualização curricular⁸ de seus cursos.

No endereço eletrônico da FATEC há vários projetos e eventos relacionados: Congressos de Tecnologia, Simpósios de Iniciação Científica, Semanas de Tecnologia e Meio Ambiente, Maratonas de Programação, Banda e Coral da Unidade.

O SENATI, criado em dezembro de 1961, contava, em 2018, com 80 (oitenta unidades), distribuídas pelo Peru, conforme Figura 06.

Figura 6 – Sedes do SENATI no Peru.



Fonte: Adaptado de <<http://www.guiageo-americas.com>>. Acesso 03 mar 2019.

A sede do Distrito de Independência, em Lima, representada pelo Diretor Nacional do SENATI, é a unidade que figura como parte no Acordo de Cooperação firmado com o CEETEPS. A sede foi inaugurada no ano de 1966.

O SENATI Independência oferece, hoje, os Cursos Superiores de Tecnologia em Processos de Produção Industrial, Técnicas em Engenharia Eletrônica, Técnica em Engenharia Mecânica de Manutenção e Tecnologias da Informação e Comunicação.

⁸ Dados extraídos do site da FATEC São Paulo: <http://www.FATECsp.br>

O SENATI Independência está localizado na Av. Alfredo Mendiola, 3520 Independência, em Lima. Sua área territorial equivale à 2.811,65 Km².

Para melhor compreensão do cenário onde está inserida a sede do SENATI, tem-se que, dentre os aspectos regionais, a Cidade de Lima, capital do País, possui população estimada de 6 434 323 (seis milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e vinte e três) habitantes, de acordo com o Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI).⁹

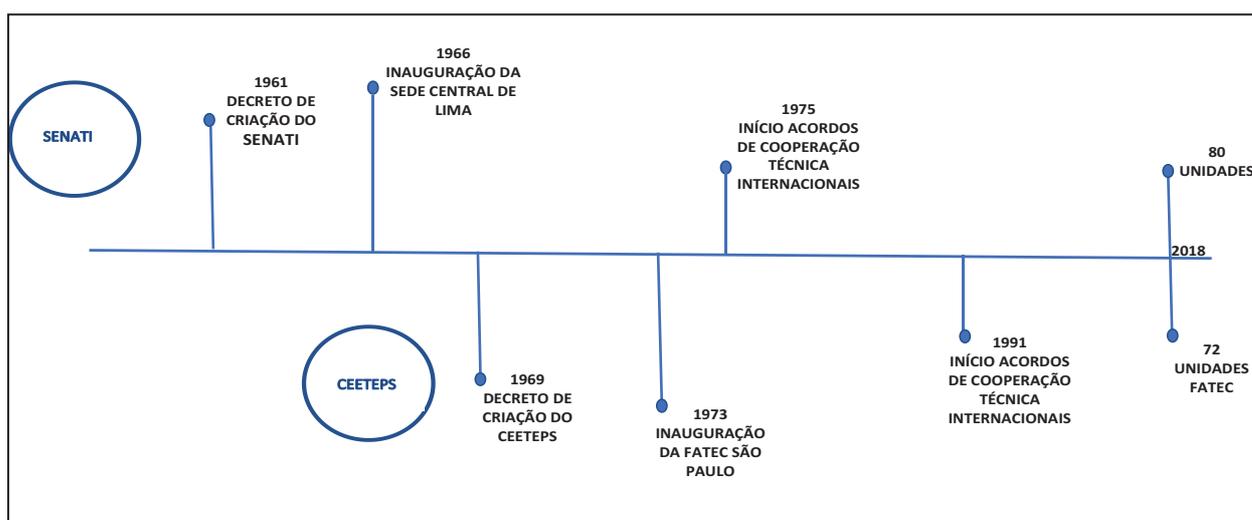
Em termos de educação, a taxa de escolarização é de 92,3% na faixa etária de 06 à 11 anos e de 80,5% na faixa etária entre 12 e 17 anos. A taxa de desemprego é de 8% e a maior parte da população trabalha no setor de serviços (73,8%).

De acordo com a Instituição, são mais de 370.000 matrículas em programas de formação profissional¹⁰ ao longo de sua história.

No endereço eletrônico do SENATI, estão postos seus valores: integridade, compromisso, disciplina, inovação e criatividade, além da prestação de serviços pautada na responsabilidade social da instituição.

A instituição publica sua Revista Eletrônica, que divulga suas parcerias, projetos, conquistas e metas. Na Figura 7, a linha do tempo mostra importantes fatos históricos de ambas as Instituições pesquisadas:

Figura 7 – Linha do Tempo CEETEPS/SENATI



Fonte: Elaborado pela autora.

⁹ Dados extraídos do site do INEI:

<http://proyectos.inei.gob.pe/web/biblioineipub/bancopub/Est/Lib0002/indibasi.htm>

¹⁰ Dados extraídos do site do Senati -

http://www.senati.edu.pe/sites/default/files/archivos/2018/publicaciones/01/revista_senati_85.pdf

4 RESULTADOS E ANÁLISES

O questionário on-line foi encaminhado para o e-mail de 5.000 (cinco mil) alunos dos cursos Superiores em Tecnologia da FATEC São Paulo. Obteve-se o retorno de 360 (trezentos e sessenta) alunos e suas respostas. Todos eles aceitaram participar da pesquisa, concordando com termo de consentimento livre e esclarecido, que se constituiu na primeira pergunta do questionário.

No SENATI, o questionário foi encaminhado para o e-mail de 106 (cento e seis) alunos, de acordo com as possibilidades apresentadas pela Coordenação Acadêmica da Escuela de Postgrado Tecnológico do SENATI, com a intermediação da Assessoria de Relações Internacionais do CEETEPS. Dentre os alunos, estavam recém diplomados (58 alunos) nos cursos Superiores de Tecnologia e alunos do Programa de Mestrado Internacional (48). Obteve-se o retorno de 20 (vinte) alunos e suas respostas. Todos eles aceitaram participar da pesquisa, concordando com termo de consentimento livre e esclarecido, que se constituiu na primeira pergunta do questionário.

Do total de alunos respondentes da FATEC São Paulo, 28,89% cursaram o Ensino Médio Técnico, ou seja, já estavam inseridos na Educação Profissional desde então. Os demais (71,11%) cursaram o Ensino Médio Regular. Já no SENATI, 30% cursaram o Ensino Médio Técnico e os demais (70%) cursaram o Ensino Médio Regular.

Essas informações foram coletadas na segunda pergunta do questionário.

Além das perguntas referentes à participação na gestão escolar, os alunos também responderam perguntas relacionadas à Internacionalização da Educação Profissional.

As perguntas de número 03 a 10 foram respondidas com base nas experiências vivenciadas pelos alunos quando cursaram o Ensino Médio (Técnico ou Regular). As perguntas de número 11 a 14 foram respondidas com base nas experiências vivenciadas enquanto alunos do Ensino Superior Tecnológico. Já as perguntas de número 15 e 16 procuraram compreender o entendimento e as experiências dos alunos no que se refere à Internacionalização da Educação.

Primeiramente, serão analisadas as respostas referentes à gestão escolar participativa, tomando-se como referencial os quatro importantes aspectos indicados

por Dinair Leal da Hora para que, de fato, exista democracia nas instituições de ensino, que se constituirão em duas categorias para a análise, conforme Tabela 05:

Tabela 05 – Categorias de Análise

Categoria	Descrição	Questões
Categoria 01	a) a extração do autoritarismo centralizador; b) a diminuição da divisão do trabalho que reforça as diferenças e os distanciamentos entre os segmentos sociais; c) a eliminação do binômio dirigentes e dirigidos;	03, 04, 05, 06, 07, 12 e 13
Categoria 02	d) a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizando a todos de que são os autores da história que se faz no dia a dia (Hora, 2012)	08, 09, 10, 11 e 14

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

A primeira delas, Categoria 01, é composta pelas questões de número 03 à 07, bem como pelas questões 12 e 13. Nesta categoria de análise, procurou-se identificar se as experiências dos alunos no Ensino Médio e no Ensino Superior, em termos de democracia e participação, demonstraram que a gestão da instituição era descentralizada da figura do Diretor, apontando para a diminuição da divisão do trabalho e eliminação do binômio dirigentes/dirigidos, abrangendo, portanto, três dos quatro itens levantados pela autora para a confirmação da gestão participativa na escola.

A segunda, Categoria 02, trata da efetiva participação dos diferentes autores na tomada de decisões escolares. Ela é composta pelas questões de número 08 à 10, bem como pelas questões 11 e 14.

Em seguida, serão analisadas as respostas referentes à Internacionalização da Educação Profissional, para que se possa verificar a compreensão dos alunos sobre o tema e suas vivências a ele relacionadas.

4.1 Categoria 01: Extração do Autoritarismo Centralizador, Diminuição da Divisão do Trabalho e Eliminação do Binômio Dirigentes/Dirigidos

A terceira pergunta do questionário procurou identificar se a Escola (de ensino Médio) tinha uma direção centralizada em uma única pessoa (Diretor) ou era dirigida por um coletivo de profissionais atuantes (Coordenadores, professores e funcionários). Como resposta, 58,19% alunos da FATEC São Paulo informaram que

a direção era centralizada em uma única pessoa, enquanto 41,81% informaram que havia um coletivo de profissionais atuantes na gestão escolar, conforme Tabela 06. Os alunos do SENATI apresentaram percentuais muito próximos: 61,11% afirmaram que a direção era centralizada em uma única pessoa, enquanto 38,89% informaram que havia um coletivo de profissionais atuantes na gestão escolar, conforme Tabela 06:

Tabela 06 – Percepção quanto ao Modelo de Gestão Escolar (Ensino Médio)

Descrição	FATEC	SENATI
Gestão centralizada em uma única pessoa	58,19 %	61,11%
Gestão realizada por um coletivo de pessoas	41,81 %	38,89%
Total	100 %	100 %

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

A Tabela 07 é correspondente à quarta e quinta perguntas, que procuraram identificar se o aluno tinha contato ou acesso ao Diretor/Gestor da Escola, Coordenadores ou outras pessoas da administração escolar. A maior parte dos alunos da FATEC São Paulo informou ter acesso ou contato, eventualmente, tanto aos Diretores (53,22%) quanto aos coordenadores e demais pessoas da administração escolar (49,12%). A mesma informação foi colhida em relação aos alunos do SENATI: ter acesso ou contato, eventualmente, tanto aos Diretores (61,11%) quanto aos coordenadores e demais pessoas da administração escolar (55,56%).

Tabela 07– Acesso ao Grupo de Gestão Escolar (Ensino Médio)

Descrição	Sim Sempre		Sim Eventualmente		Não Nunca	
	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI
Contato com Diretor/Gestor	18,13%	11,11%	53,22%	61,11%	28,65%	27,78%
Contato com Coordenadores ou outras pessoas da administração escolar	35,09%	27,78%	49,12%	55,56%	15,79%	16,67%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Já a Tabela 08 corresponde à sexta pergunta, cujo objetivo foi identificar se, na Escola, direção, coordenadores, professores e funcionários participavam, intensamente, das atividades cotidianas. Os alunos da FATEC São Paulo, em sua maioria, entendem que a participação era parcial (51,17%). Já 38,89% deles afirmaram haver participação diária intensa do grupo. Os alunos do SENATI, em sua maioria, também entendem que a participação era parcial (50%), sendo que 38,89% deles afirmaram haver participação diária intensa do grupo.

Tabela 08 – Participação do Grupo de Gestão Escolar (Ensino Médio)

Descrição	Sim Participavam		Sim Parcialmente		Não Participavam	
	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI
Direção, coordenadores, professores e funcionários participavam, intensamente, das atividades cotidianas	38,89%	38,89%	51,17%	50%	9,94%	11,11%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

A Tabela 09, por sua vez, corresponde à sétima pergunta, que procurou identificar se, durante o Ensino Médio, os alunos tiveram a oportunidade de participar do processo de tomada de decisões na Escola, fazendo parte do Grêmio Escolar, Conselho de Escola, APM, Eleição de Diretores ou de qualquer outra forma, através de convite do grupo de gestão escolar. Apenas 13,16% dos alunos da FATEC informaram que não se recordam, outros 34,21% afirmaram que receberam convites e outros 52,63% informaram que não receberam convites para participarem. Os alunos do SENATI, por sua vez, também afirmaram, em sua maioria (61,11%), que não receberam convites para participação.

Tabela 09 – Oportunidade de Participação (Ensino Médio)

Descrição	Sim		Não		Não Recordo	
	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI
Você já foi convidado para participar do processo de tomada de decisões na Escola, fazendo parte do Grêmio Escolar, Conselho de Escola, APM, Eleição de Diretores ou de qualquer outra forma	34,21%	33,33%	52,63%	61,11%	13,16%	5,56%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Ainda nesta categoria de análise, estão as perguntas 12 e 13 do questionário, respondidas com base na experiência dos alunos no Ensino Superior Tecnológico. A Tabela 10 corresponde às respostas para ambas as questões, que procuraram também identificar se o aluno tem contato com o Diretor/Gestor da Faculdade, Coordenadores ou outras pessoas da administração. A maior parte dos alunos da FATEC informou não ter contato com o Diretor (79,22%) e ter contato eventual com coordenadores e demais pessoas da administração (53,90%). Já os alunos do SENATI informaram ter um maior contato eventual com o Diretor (50%), além dos coordenadores ou outras pessoas da administração da instituição.

Tabela 10 – Acesso ao Grupo de Gestão da Instituição (Ensino Superior)

Descrição	Sim Sempre		Sim Eventualmente		Não Nunca	
	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI	FATEC	SENATI
Contato com Diretor/Gestor	2,27%	12,50%	18,51%	50,00%	79,22%	37,50%
Contato com Coordenadores ou outras pessoas da administração	22,40%	25,00%	53,90%	37,50%	23,70%	37,50%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Nesta primeira categoria de análise temos que, nas escolas de Ensino Médio, tanto para os alunos da FATEC São Paulo quanto para os alunos do SENATI, a gestão estava centralizada na pessoa do Diretor, embora um grande número deles tenha afirmado que havia um coletivo de profissionais atuantes na gestão escolar e que tinham contato, ainda que eventual, com todas as pessoas da administração escolar, que participavam das atividades escolares cotidianas.

Esses números podem demonstrar que está se buscando um caminho para a descentralização da figura do Diretor e para a diminuição da divisão do trabalho nas escolas, ideal para que se configure o ambiente educativo democrático e participativo almejado pela sociedade – a transformação social esperada e citada por PARO (2012). Contudo, em ambos os casos analisados, observa-se que a maior parte dos alunos afirma nunca ter tido oportunidade de participarem do processo de tomada de decisões na Escola, fazendo parte do Grêmios Escolares, Conselho de Escola, APM, Eleição de Diretores ou de qualquer outra forma, fator que pode

demonstrar alguma resistência da escola, dificultando o desenvolvimento da autonomia do estudante e da construção de sua cidadania.

Em relação às experiências democráticas no Ensino Superior, no que tange à extração do autoritarismo centralizado na figura do diretor, os alunos da FATEC São Paulo afirmaram que seu maior contato é com os coordenadores de curso e outras pessoas da administração, dado que pode apontar para o caminho da descentralização, demonstrando que o Diretor deve ser apenas uma das peças no coletivo escolar. Destaca-se, apenas, que os alunos do SENATI afirmaram ter maior contato eventual com o Gestor da Instituição de Ensino Superior, com uma considerável diferença percentual se comparado aos índices da FATEC.

4.2 Categoria 02: Participação Efetiva dos Diferentes Segmentos Sociais na Tomada de Decisões

A oitava pergunta do questionário procurou identificar se o aluno, quando cursou o Ensino Médio, participou efetivamente da gestão escolar, como membro do Conselho de Escola, da Associação de Pais e Mestres, de eleição para escolha de diretores, Grêmios Estudantil ou outro tipo de associação de alunos. Como resposta, 69,30% dos alunos da FATEC informaram que nunca participaram de nenhuma das instituições, apenas 7,89% informaram que participaram da APM, 3,22% participaram do Conselho de Escola, 8,77% participaram da escolha dos diretores, enquanto 19,01% informaram que participaram de Grêmios ou outras associações de alunos. Já os alunos do SENATI participaram um pouco mais das APM e Associações Estudantis (16,67% e 33,33%), conforme Tabela 11, mas não participaram do Conselho de Escola ou Eleição de Diretores.

Essa informação confirma os dados extraídos da sétima questão. A maior participação dos alunos ocorreu nos Grêmios e Associações Estudantis. As demais instituições pouco foram citadas. A participação nos Conselhos de Escola, órgão de grande importância para a gestão escolar, foi menos significativa se comparada às demais.

Tabela 11 – Participação efetiva dos alunos na Gestão Escolar (Ensino Médio)

Descrição	FATEC	SENATI
Associação de Pais e Mestres	7,89 %	16,67%
Grêmio Estudantil ou outra Associação de alunos	19,01 %	33,33%
Conselho de Escola	3,22%	0%
Eleição de Diretores	8,77%	0%
Nunca participaram	69,30%	61,11%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

A pergunta nove, por sua vez, procurou identificar se os alunos já participaram da elaboração do Plano Escolar e Projeto Político Pedagógico de suas escolas e de que forma participaram. Apenas 0,88% dos alunos da FATEC responderam afirmativamente. Explicaram que participaram da organização, com sugestões de novas estratégias para os Trabalhos de Conclusão de Curso ou com sugestões para a distribuição das aulas entre os docentes, de acordo com sua competência. Quanto ao SENATI, 5,56% dos alunos afirmou já ter participado, mas não explicaram como se deu a participação.

Já na décima pergunta, os alunos informaram se seus responsáveis já participaram do Conselho de Escola ou da APM. Apenas 11,70% dos alunos da FATEC São Paulo responderam afirmativamente, informando que seus responsáveis participavam de reuniões do Conselho e APM, auxiliavam nos eventos da escola e realizavam doações. Quanto aos alunos do SENATI, 22,22% responderam positivamente, informando que seus responsáveis participavam em reuniões onde se debatiam as necessidades de melhorias para a escola, bem como os avanços acadêmicos e rendimento escolar dos alunos.

Ainda nesta categoria de análise, estão as perguntas 11 e 14 do questionário, respondidas com base na experiência dos alunos no Ensino Superior Tecnológico. A Tabela 12 corresponde às respostas para ambas as questões, que procuraram também identificar as formas de participação dos alunos nas instituições de suas Faculdades:

Tabela 12 – Participação efetiva dos alunos no Ensino Superior

Descrição	Participação	
	FATEC	SENATI
Congregação ou Consejo Institucional	6,49 %	25,00%
Centro Acadêmico ou Outras	12,99 %	31,25%
Associação Atlética	8,12%	-
Empresa Júnior	0,97%	-
Não participam	82,47%	68,75%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Os alunos da FATEC São Paulo que informaram participarem de outras instituições, citaram: Centro de Inovações (ICenter), BAJA SAE (competições entre Instituições de Ensino Superior de Engenharia e Tecnologia), FATEChgirls (projeto em parceria com a Sociedade Brasileira de Computação, para promover a participação das mulheres na área de Tecnologias da Informação) e o Clube de Línguas. Os alunos do SENATI citaram, além dos Centros e Conselhos Estudantis, o CONCYTEC (órgão Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação Tecnológica).

Observa-se, portanto, o número de participações informadas pelos alunos da FATEC São Paulo foi menor que no Ensino Médio. Podemos inferir, talvez, que a efetiva participação dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões caminha a passos lentos. Já os alunos do SENATI informaram maiores percentuais em termos de participação estudantil no que se refere ao Ensino Superior.

4.3 Internacionalização da Educação Profissional

Quanto às perguntas sobre Internacionalização da Educação Profissional, procurou-se compreender o entendimento dos alunos acerca do tema, bem como suas experiências estudantis à ele relacionadas. A Tabela 13 resume as respostas apresentadas à décima quinta pergunta. A maior parte dos alunos da FATEC São Paulo e do SENATI entende que Internacionalização da Educação se refere às trocas de experiências entre as instituições de ensino do mundo, com a promoção de Intercâmbios, realização de projetos de pesquisa conjuntos, efetivação de parcerias internacionais para o aprimoramento dos cursos (39,85% e 46,15% respectivamente) em atendimento às demandas do mundo global. Uma grande parcela dos alunos respondentes (34,48% e 38,46%) entende que se trata da

adoção de um padrão internacional para a educação, outra parcela dos alunos informou desconhecer o tema (17,24% e 7,69%) ou, ainda, apresentou respostas distantes do conceito de Internacionalização da Educação (10,34% e 7,69%).

Tabela 13 – Compreensão do tema Internacionalização da Educação

Descrição	FATEC	SENATI
Trocas de experiências entre as instituições de ensino do mundo, com a promoção de Intercâmbios, realização de projetos de pesquisa conjuntos, efetivação de parcerias internacionais para o aprimoramento dos cursos	39,85%	46,15%
Adoção de modelo/padrão internacional para a educação	34,48%	38,46%
Não souberam responder	17,24%	7,69%
Outras	10,34%	7,69%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Já a décima sexta pergunta, por sua vez, procurou identificar se o respondente já participou de Intercâmbios, Congressos ou Simpósios Internacionais enquanto estudante. Apenas 12,34% dos alunos da FATEC São Paulo responderam afirmativamente, sendo que a maior parte deles participou de Congressos e Simpósios realizados no Brasil e apenas 7 alunos já participaram de Programas de Intercâmbio Internacional para estudos. Quanto aos alunos do SENATI, apenas 12,50% informaram ter participado dessas experiências, contudo, não especificaram os tipos de eventos em que participaram ou se já realizaram algum intercâmbio estudantil.

Observa-se que a maior parte dos alunos apresentou definições bastante corretas sobre o tema, discorrendo sobre as necessidades de troca de informações, modelos e práticas entre as instituições educacionais do mundo, bem como a necessidade de facilitação da mobilidade entre os programas de educação, para que os estudantes consigam permanecer incluídos no cenário global do trabalho. Muitos afirmaram tratar-se da adoção de um padrão de ensino e qualidade ou modelo único de educação. Percebe-se, portanto, que a ideia e o conceito de internacionalização da educação está em processo de assimilação ou construção nas instituições estudadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou identificar, principalmente, os caminhos seguidos em termos de democratização e gestão participativa da escola, através do exercício comparativo entre as duas Instituições de EPT estudadas, diante dos novos desafios educacionais mundiais, especialmente quando as noções de tempo e espaço assumem outra forma diante da globalização, do progresso tecnológico vivenciado e das propostas para a internacionalização da EPT.

Para atendimento às novas demandas profissionais mundiais, verificou-se que, tanto o CEETEPS quanto o SENATI, estão atentos à necessidade de fomento aos acordos internacionais de cooperação e a realização de programas de pesquisas conjuntos entre as instituições de educação do mundo, proporcionando aos alunos uma maior mobilidade acadêmica com a participação em eventos, intercâmbios, pesquisas que possibilitem a ampliação de suas competências para a formação de profissionais mais completos, que consigam permanecer incluídos no mundo do trabalho.

Observa-se, ainda, que o tema internacionalização da educação está em processo de construção. Muitos alunos entrevistados o compreendem como tratando-se da adoção de um padrão de ensino e qualidade ou modelo único de educação. Seria possível pensar-se em uma implícita homogeneização dos programas estudantis no mundo, ao longo dos tempos, diante da constante e contínua troca de experiências pelas Instituições de Educação, mas considerando-se as questões locais e culturais de cada país, aproximando-se seus programas acadêmicos. Percebe-se, assim, que a maior parte dos alunos pesquisados compreende a abrangência do tema, embora pouquíssimos tenham participado de experiências que remetam às ações para a internacionalização da EPT.

No tocante aos resultados apresentados em termos de gestão participativa e democratização da escola, observa-se que, no Brasil e Peru, em relação à primeira categoria de análise, com perguntas que procuraram verificar se a gestão estava centralizada na pessoa do Diretor ou se, nas escolas de ensino médio pelas quais passaram os alunos da FATEC São Paulo e SENATI, estava se buscando a descentralização da figura do Diretor e a extração de seu autoritarismo histórico, pode-se inferir que existe o movimento de descentralização e extração do

autoritarismo, embora os percentuais demonstrem que a questão precisa continuar sendo trabalhada, para que a escola reflita, de fato, o novo modelo perseguido pelas instituições em termos de gestão. Até porque, verificou-se o pequeno envolvimento dos alunos nas instituições participativas, tanto no Ensino Médio quanto no Superior, no tocante à segunda categoria de análise.

Os números ficaram muito próximos aos números apresentados nas pesquisas *Juventude Brasileira e Democracia: participação*, realizada pelo IBASE entre 2005 e 2006, e na *Agenda Juventude Brasil – Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros*, realizada em 2013, bem como dos números apresentados pela pesquisa *Primera Encuesta Nacional de la Juventud Peruana*, no ano de 2011.

Se a escola é espaço de desenvolvimento da autonomia e consciência crítica do aluno e se as possibilidades de participação neste espaço são essenciais para este fim, é preciso um olhar atento para este quadro. Às Escolas e Instituições de Educação Superior e suas equipes de gestão, fica evidente a necessidade de trabalhar-se o incentivo à participação e ao protagonismo do estudante.

Além do exercício comparativo entre os casos das duas Instituições pesquisadas, pretendeu-se, ainda, como objetivo específico, identificar, nos modelos de gestão das instituições analisadas, práticas similares ou inovadoras que possibilitassem a participação comunitária efetiva nas decisões e ações escolares.

Nesse sentido, os alunos do Brasil citaram, além das instituições e possibilidades de participação mencionadas pela pesquisadora, o trabalho como alunos representantes de turmas nas escolas de Ensino Médio, como importante forma de participação do estudante nas questões escolares.

Cita-se, ainda, como fator positivo, a maior participação dos pais ou responsáveis nas Associações de Pais das escolas do Peru, que supera a participação informada pelos alunos do Brasil, afinal, a educação é também dever das famílias. Somente a participação de todos os segmentos envolvidos na construção da escola poderá garantir a democratização almejada.

São ainda longos os caminhos que precisaremos percorrer, enquanto escola, para que possamos falar em gestão democrática. Novos e futuros estudos poderão melhor perspectivar as distâncias que nos aguardam.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Luis. Three models of comparative analysis: time, space and education. Conference Paper. Sevilla, 2016. Disponível em <www.researchgate.net>. Acesso em 24 abr. 2018.

ARNOVE, Robert F. Análises de Sistemas-Mundo e Educação Comparada na Era da Globalização. In: (Orgs) COWEN, Robert, KAZAMIAS, Andreas M., ULTERHALTER, Elaine. **Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas**. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.

BRASIL, Agenda Juventude Brasil. **Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros**, 2013. Disponível em <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/91/1/SNJ_agenda_2013.pdf>. Acesso em 02 de out. 2018.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

BRASIL. Cartilha Mude o Brasil, 2013. Disponível em <http://une.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/CARTILHA_ca_ultimo2.pdf>. Acesso em 17 de set. 2018.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 31 mar. 2018.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Global**. Rio de Janeiro: Ibase, janeiro de 2006.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Livro das Juventudes Sul-americanas**. Rio de Janeiro: Ibase, maio de 2010.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação a Distância. **Salto para o Futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Brasília: SEED, 1998. 96 p.

CENTRO PAULA SOUZA. Disponível em <<http://www.portal.CEETEPS.sp.gov.br/>>. Acesso em 30 mar. 2018.

COWEN, Robert. Introdução: o Nacional, o Internacional e o Global. In: (Orgs) COWEN, Robert, KAZAMIAS, Andreas M., ULTERHALTER, Elaine. **Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas**. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos quantitativo, qualitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, Rúbia Cristina. **A gestora escolar: entre a prática e a gramática**. Tese Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br>>. Acesso 02 mai. 2018.

DIAS SOBRINHO, José. **Editorial**. In: Revista Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 577-580, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n3/1414-4077-aval-20-03-00577.pdf>>. Acesso em 16 out. 2018.

DOURADO, Luiz Fernandez. **Gestão da Educação Escolar**. 88 p. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação à Distância, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 15 set. 2017.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Estado Patrimonial e Gestão Democrática do Ensino Público no Brasil**. In: Revista Educação & Sociedade, ano XXII, no 75, Agosto/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a07.pdf>>. Acesso 16 out. 2018.

HANS, Nicholas Adolph. **Educação Comparada**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

HIJAR, Elizabeth Quinteros. **Estructura Del Sistema Educativo Peruano**. In: Revista de Lá Asociacion de Inspectores de Educacion de Espanã. Revista nº 07. Novembro de 2007. Disponível em: <<https://avances.adide.org/index.php/ase/article/view/291/448>>. Acesso 30 mar. 2018.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na Escola**. São Paulo: Papyrus Editora, 2012.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

IAU. **Internationalization of Higher Education: Growing expectations, fundamental values**. 4th Global Survey. Eva Egron-Polak and Ross Hudson, 2014.

KDS. Korea Institute for Development Strategy. **Educación técnica y formación profesional en Perú**. Disponível em <<http://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/826/ETFP%20Per%C3%BA%20Final%205.pdf>>. Acesso em 05 mai. de 2018.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: **Políticas, Estrutura e Organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. Educação Comparada. In: **Coleção Lourenço Filho**. (Org) Ruy Lourenço Filho, Carlos Monarcha - 3. ed. – Brasília: MEC/Inep, 2004. 250p. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br>. Acesso em 01 out. 2017.

MAIA, Luís Carlos Zanirato. **Mapeamento das Unidades do Centro Paula Souza 2017 – 2º Semestre**. CEETEPS: 2017,360 p.

MARTINS, Francisco André Silva. **A Voz do Estudante na Educação Pública: Um Estudo sobre Participação de Jovens por Meio do Grêmio Estudantil**. Dissertação Mestrado em Educação – Universidade Federal de Minas Gerais UFMG. Belo Horizonte, p. 168. 2010.

MATTHEOU, Dimitris. O Paradigma Científico na Educação Comparada. In: **Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas**. (Orgs) COWEN, Robert, KAZAMIAS, Andreas M., ULTERHALTER, Elaine. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MUCCILO, Maria Aparecida; ALMEIDA, Ivanete Bellucci. **As Faces da Escola: um olhar caleidoscópico**. São Paulo: Emoped, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: introdução Crítica**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor Escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

PERRELLA, Cileda dos Santos Sant'Anna. **Formação e Participação Políticas de Conselheiros de Escola: o caso do município de Suzano – SP (2005-2009)**. Tese Doutorado em Educação – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012, p.317.

PERU, Lei Geral de Educação nº 28044/03. Disponível em <www.minedu.gob.pe>. Acesso em 30 mar. 2018.

PERU, Reglamento De Educación Técnico-Productiva. Disponível em <www.minedu.gob.pe>. Acesso em 05 Abr. 2018.

PERU, Instituto Nacional de Estadística e Informática do Peru. Disponível em: <www.inei.gob.pe>. Acesso em 30 mar. 2018.

PERU, Instituto Nacional de Estadística e Informática do Peru. **Primera Encuesta Nacional de la Juventud Peruana – 2011**. Disponível em: <<http://repositorio.minedu.gob.pe/handle/123456789/872>>. Acesso em 03 mai. 2018.

PERU, Serviço Nacional de Treinamento em Trabalho Industrial. Disponível em <<http://www.senati.edu.pe>>. Acesso em 30 mar. de 2018.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da ciência: da antiguidade ao renascimento científico**. 2. ed. 1 volume. Brasília: FUNAG, 2012.

SAMPIERI, Roberto Hernández, COLLADO, Carlos Fernández, LUCIO, Maria Del

Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Margarete dos. **O processo de internacionalização no ensino técnico de nível médio: O estudo de caso do Centro Paula Souza e do SENAI-SP**. 145 f. il. 2015. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração da UFBA, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar nº 444, de 27 de dezembro de 1985.

SÃO PAULO (Estado). Cartilha Conselho De Escola, 2014. Disponível em <<http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/762.pdf>>. Acesso em 26 fev. 2018.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 42. ed. São Paulo: Autores Associados, 2012.

SENATI. **Memória Anual 2017**. Disponível em: <http://www.senati.edu.pe/sites/default/files/archivos/2018/publicaciones/04/memoria_2017.pdf>. Acesso em 03 out. 2018.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **O Impacto da Mercantilização da Educação Superior**. In: Revista Adusp, nº19, Edição de Março de 2000. Disponível em: < <https://www.adusp.org.br/index.php/imprensa/revista-adusp/97-revista-n-19-marco-de-2000>>. Acesso em 16 out. 2018.

VEIGA, Ilma Passos; Alencastro; FONSECA, Marília. **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico: Novos Desafios para a Escola**. São Paulo: Papyrus: 2001.

APÊNDICE A – Termo De Autorização Para A Pesquisa – FATEC São Paulo

Ilmo Sr. Diretor da Fatec São Paulo
Professor Me. Décio Moreira
Ref.: Autorização para Realização de Pesquisa

Eu, Marcela Mendes, Professora, aluna do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, venho solicitar autorização para a realização da pesquisa: **As Políticas de Internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica: um Estudo de Caso na Perspectiva da Gestão Participativa**, sob minha responsabilidade e orientação da Profa. Dra. Ivanete Bellucci Pires de Almeida.

A coleta de dados será realizada mediante preenchimento de questionário online pelos alunos desta Instituição de Ensino, com a disponibilização do link para acesso ao questionário.

O objetivo da pesquisa é a realização de um estudo de caso, na perspectiva das políticas de internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica e da gestão participativa, em instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), localizadas no Brasil, mais especificamente no Estado de São Paulo, e Instituição de EPT do Peru, localizada em Lima. A pesquisa investiga, principalmente, as experiências democráticas vivenciadas na escola, durante o Ensino Médio, por estudantes atualmente matriculados em cursos de Ensino Superior Tecnológico, bem como sua participação democrática no Ensino Superior.

As informações obtidas por meio desta pesquisa serão confidenciais. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar a identificação dos alunos participantes, apenas identificando-se a Instituição de Ensino, caso autorize.

Ao final da pesquisa, o trabalho completo será disponibilizado no site do Programa de Mestrado

Atenciosamente,



Prof. Dra. Ivanete Bellucci Pires de Almeida
Orientadora



Marcela Mendes
Pesquisadora

De acordo em 20/03/2018



Diretor Responsável pela Instituição
(Carimbo e Assinatura)

Prof. Me. Decio Moreira
Diretor – FATEC- SP
RG: 6.428.484-0

APÊNDICE B – Termo de Livre Consentimento e Questionário – FATEC São Paulo

Pesquisa: Internacionalização da Educação Profissional e Gestão Democrática

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa As Políticas de Internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica: um estudo de caso na perspectiva da gestão participativa, e sua seleção foi aleatória dentre o grupo de alunos das instituições participantes.

Sua contribuição muito engrandecerá nosso trabalho pois participando desta pesquisa você nos trará uma visão específica pautada na sua experiência sobre o assunto.

Esclarecemos, contudo, que sua participação não é obrigatória. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição proponente.

O objetivo da pesquisa é a realização de um estudo de caso, na perspectiva das políticas de internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica e da gestão participativa, em instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), localizadas no Brasil, mais especificamente no Estado de São Paulo, e Instituição de EPT do Peru, localizada em Lima.

A pesquisa investiga, principalmente, as experiências democráticas vivenciadas na escola, durante o Ensino Médio, por estudantes atualmente matriculados em cursos de Ensino Superior Tecnológico, bem como sua participação democrática no Ensino Superior.

As informações obtidas por meio desta pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar sua identificação, protegendo e assegurando sua privacidade.

A qualquer momento você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação.

Ao final desta pesquisa, o trabalho completo será disponibilizado no site do Programa de Mestrado.

Pesquisadora: Marcela Mendes
e-mail: mendes.marcela@gmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Ivanete Bellucci Pires de Almeida

***1. Declaração de ciência:**

Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

*2. Você cursou:

- Ensino Médio Regular
- Ensino Médio Técnico

Responda as perguntas a seguir com base em sua experiência no Ensino Médio (Regular ou Técnico):

*3. Sua Escola tinha uma direção centralizada em uma única pessoa (Diretor) ou era dirigida por um coletivo de profissionais atuantes (Coordenadores, professores e funcionários)?

- Uma única pessoa
- Um coletivo de pessoas

*4. Você tinha contato com o Diretor/Gestor da escola?

- Sim, sempre
- Sim, eventualmente
- Não

*5. Você tinha contato com o Coordenador de seu curso ou outras pessoas da administração escolar?

- Sim, sempre
- Sim, eventualmente
- Não

*6. Na sua Escola, direção, coordenadores, professores e funcionários participavam, intensamente, das atividades diárias?

- Sim, participavam
- Participavam parcialmente
- Não participavam

*7. Você já foi convidado para participar do processo de tomada de decisões na Escola, fazendo parte do Grêmio Escolar, Conselho de Escola, APM, Eleição de Diretores ou de qualquer outra forma?

- Sim
- Não
- Não me recordo

*8. Você já participou de:

- Associação de Pais e Mestres - APM
- Grêmio Estudantil ou outro tipo de associação de alunos
- Conselho de Escola

- Eleição de Diretores
- Nunca participei de nenhuma dessas instituições

Outra Instituição Auxiliar (especifique)

***9.** Você já participou da elaboração do Plano Escolar e Projeto Político Pedagógico de sua escola?

- Não
- Sim. Explique como participou:

***10.** Seus pais (ou responsáveis) já participaram do Conselho de Escola ou da Associação de Pais e Mestres - APM?

- Não
- Sim. Explique como ocorreu a participação:

Responda as perguntas a seguir com base em sua experiência no Ensino Superior:

***11.** Você participa da Congregação de sua Faculdade?

- Sim
- Não

***12.** Você tem contato com o Diretor/Gestor da Faculdade?

- Sim, sempre
- Sim, eventualmente
- Não

***13.** Você tem contato com o Coordenador de seu curso ou outras pessoas da administração da Faculdade?

- Sim, sempre
- Sim, eventualmente
- Não

***14.** Você participa do Centro Acadêmico, Associação Atlética, Empresa Júnior ou outras associações formadas por alunos do Ensino Superior?

- Centro Acadêmico
- Associação Atlética
- Empresa Júnior
- Não participo
- Participo de outra Associação Estudantil. Qual?

15. O que você entende por Internacionalização da Educação?

*16. Você já participou de Intercâmbios, Congressos ou Simpósios Internacionais enquanto estudante?

- Não
- Sim. Descreva suas impressões:

Obrigada por sua participação!

APÉNDICE C – Termo de Autorização para a Pesquisa – SENATI

Ilmo. Sr. Director del SENATI

Ref.: Autorización para Realización de Investigación

Yo, Marcela Mendes, profesora, alumna del Programa de Maestría Profesional en Gestión y Desarrollo de la Educación Profesional, del Centro Estatal de Educación Tecnológica Paula Souza, solicito autorización para la realización de la investigación: **Las Políticas de Internacionalización de la Educación Profesional y Tecnológica: un Estudio de Caso en la Perspectiva de la Gestión Participativa**, bajo mi responsabilidad y orientación de la Profa. Dra. Ivanete Bellucci Pires de Almeida.

La obtención de datos será realizada mediante el llenado de cuestionario online por parte de los alumnos de esta institución de Enseñanza, con la colocación a disposición del enlace para acceso al cuestionario.

El objetivo de la investigación es la realización de un estudio de caso, en la perspectiva de las políticas de internacionalización de la Educación Profesional y Tecnológica y de la gestión participativa, en instituciones de Educación Profesional y Tecnológica (EPT), ubicadas en Brasil, más específicamente en el Estado de São Paulo, e Institución de EPT del Perú, ubicada en Lima. La investigación estudia, principalmente, las experiencias democráticas vivenciadas en la escuela, durante la Enseñanza Media, por estudiantes actualmente matriculados en cursos de Enseñanza Superior Tecnológica, así como su participación democrática en la Enseñanza Superior.

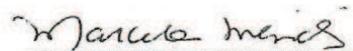
Las informaciones obtenidas por medio de esta investigación serán confidenciales. Los datos serán divulgados de forma tal que no permita la identificación de los alumnos participantes, apenas identificándose la Institución de Enseñanza, en caso de que sea autorizado.

Al final de la investigación, el trabajo completo será colocado a disposición en la página web del Programa de Maestría.

Atentamente,



Prof. Dra. Ivanete Bellucci Pires de Almeida
Orientadora



Marcela Mendes
Investigadora

De acuerdo, el 19/11/2018



Sr. Marco Nuñez Zevallos
Director Responsable por la Institución
(Sello y firma) SENATI

APÉNDICE D – Termo de Livre Consentimento e Questionário – SENATI

Investigación: Las Políticas de Internacionalización de la Educación Profesional y Tecnológica: un Estudio de Caso en la Perspectiva de la Gestión Participativa

DOCUMENTO DE CONSENTIMIENTO LIBRE Y ESCLARECIDO

Usted está siendo invitado a participar en la investigación Las Políticas de Internacionalización de la Educación Profesional y Tecnológica: un estudio de caso en la perspectiva de la gestión participativa, y su selección fue realizada de forma aleatoria entre el grupo de alumnos de las instituciones participantes.

Su contribución engrandecerá mucho nuestro trabajo, pues participando en esta investigación usted nos traerá una visión específica originada en su experiencia sobre el asunto.

Aclaremos, sin embargo, que su participación no es obligatoria. Su rechazo no provocará ningún perjuicio en su relación con el investigador o con la institución proponente.

El objetivo de la investigación es la realización de un estudio de caso, en la perspectiva de las políticas de internacionalización de la Educación Profesional y Tecnológica y de la gestión participativa, en instituciones de Educación Profesional y Tecnológica (EPT), ubicadas en Brasil, más específicamente en el Estado de São Paulo, e Institución de EPT del Perú, ubicada en Lima. La investigación estudia, principalmente, las experiencias democráticas vivenciadas en la escuela, durante la Enseñanza Media, por estudiantes actualmente matriculados en cursos de Enseñanza Superior Tecnológica, así como su participación democrática en la Enseñanza Superior.

Las informaciones obtenidas por medio de esta investigación serán confidenciales y garantizamos el sigilo sobre su participación. Los datos serán divulgados de forma tal que no permita su identificación, protegiendo y garantizando su privacidad.

En cualquier momento usted podrá aclarar sus dudas sobre el proyecto y su participación.

Al final de esta investigación, el trabajo completo será colocado a disposición en la página web del Programa de Maestría. Pesquisadora:

Marcela Mendes
Correo electrónico: mendes.marcela@gmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Ivanete Bellucci Pires de Almeida

*1. Declaración:

Declaro que entendí los objetivos de mi participación en la investigación y estoy de acuerdo en participar.

*2. Usted estudió la educación secundaria en instituciones de formación técnico-productiva?

- Sí
- No

Responda las preguntas con base en su experiencia en la educación secundaria:

*3. Su Escuela tenía una dirección centralizada en una única persona (Director) o era dirigida por un colectivo de profesionales actuantes (coordinadores, profesores y funcionarios)?

- Una única persona
- Un colectivo de personas

*4. Usted tenía contacto con el Director/Gestor de la escuela?

- Sí, siempre
- Sí, eventualmente
- No

*5. Usted tenía contacto con el Coordinador de su curso u otras personas de la administración escolar?

- Sí, siempre
- Sí, eventualmente
- No

*6. En su Escuela, dirección, coordinadores, profesores y funcionarios participaban, intensamente, en las actividades diarias?

- Sí, participaban
- Participaban parcialmente
- No participaban

*7. Usted ya fue invitado para participar en el proceso de toma de decisiones en la Escuela, formando parte del Municipios Escolares u otras formas de organización estudiantil, Consejo Educativo Institucional, Asociación de Padres de Familia, Elección de Directores o de cualquier otra forma?

- Si
- No
- No recuerdo

*8. Usted participó en: **w**

- Asociación de Padres y Profesores

- Municipios Escolares u otras formas de organización estudiantil
- Consejo Educativo
- Elección de Directores
- Nunca participé en ninguna de esas instituciones

Otra Institución Auxiliar/Democratica, cuál?

***9.** Usted ya participó en la elaboración del Proyecto Educativo Institucional, así como del plan anual y reglamento interno?

- No
- Sí. Explique cómo participó:

***10.** Sus padres (o responsables) ya participaron en el Consejo Educativo o en la Asociación de Padres en su Escuela?

- No
- Sí. Explique como:

Responda las preguntas a continuación con base en su experiencia en la Educación Superior:

***11.** Usted ha participado en el Consejo Institucional de su Institución de Educación Superior?

- Sí
- No

***12.** Usted tenía contacto con el Director/Gestor de su Institución de Educación Superior?

- Sí, siempre
- Sí, eventualmente
- No

***13.** Usted tenía contacto con el Coordinador de su curso u otras personas de la administración de su Institución de Educación Superior?

- Sí, siempre
- Sí, eventualmente
- No

***14.** Usted ha participado en alguna organización estudiantil universitaria o de superior tecnológica?

- No participo
- Sí, participo. Cual?

*15. Qué usted entiende como Internacionalización de la Educación?

A rectangular text input field with a thin border. It contains no text. On the right side, there are two small square buttons with upward and downward arrows, indicating a scrollable area. On the left side, there are two small square buttons with left and right arrows, indicating a scrollable area.

*16. Usted ya participó en Intercambios, Congresos o Simposios Internacionales de estudiantes?

- No
- Sí. Describa sus impresiones:

Gracias por su participación.

ANEXO A – Países e Instituições de Ensino que firmaram Acordos de Cooperação com o CEETEPS

Nome da Instituição	País	Cidade
Fundação Uocra – Unión Obrera de la Construcción de la República Argentina	Argentina	Buenos Aires
Inti – Instituto Nacional de Tecnologia Industrial	Argentina	Partido de San Martín
Universidad del Centro Educativo Latinoamericano – Ucel	Argentina	Rosario
Universidade Nacional de Córdoba	Argentina	Córdoba
Universidade Tecnológica Nacional (Utn-Fra) – Facultad Regional Avellaneda (Utn-Fra)	Argentina	Avellaneda
Haute Ecole de la Province de Liège.	Bélgica	Jemeppe
Fédération Des Cégeps	Canada	Montreal
Universidade Católica do Chile – DUOC	Chile	Santiago
Universidade Técnica Federico Santa Maria	Chile	Valparaiso
Cetasdi – Instituição Educativa para o Trabalho e Desenvolvimento	Colômbia	Rionegro Antioquia
Tknika -Vocational Education and Training of the Education Department of the Basque Government	Espanha	Guipúscoa
Joliet Junior College	Estados unidos	Joliet
Universidade da Flórida	Estados unidos	Florida
Haaga-Helia University of Applied Sciences	Finlândia	Helsinki
Educagri Etablissement Agro Environnemental Du Tarn	França	Albi
Inholand University	Holanda	Alkmaar
Italian Culinary Institute For Foreigners-Icif	Itália	Costigliole d’ Asti
Universidad de Colima	México	Colima
Universidad Del Caribe – Unicaribe	México	Cancun
Universidad Politécnica de Sinaloa	México	Sinaloa
Universidade Veracruzana	México	Xalapa
Serviço Nacional de Adestramento Industrial – Senati	Peru	Lima
Universidade de Porto Rico Em Humacao	Porto rico	Humacao
Instituto Politecnico de Castelo Branco	Portugal	Castelo Branco
Instituto Politécnico de Bragança	Portugal	Bragança
Instituto Politécnico de Guarda	Portugal	Guarda
Instituto Politécnico de Santarém	Portugal	Santarém

Fonte: site do Ceeteps: <http://www.cps.sp.gov.br/internacional/>

ANEXO B – Países e Instituições de Ensino que firmaram Acordos de Cooperação com o SENATI

País	Empresa/Instituição
Panamá	Instituto Nacional de Formación Profesional y Capacitación para el Desarrollo Humano - INADEH
Brasil	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS
Peru	Automecatrónica Perú S.A.C.
Colômbia	Servicio Nacional de Aprendizaje - SENA
Peru	Indura Perú S.A.
Bolívia	Convenio de Ejecución de Proyecto Internacional Programa Al Invest con Fundación INFOCAL
Peru	Schneider Electric Perú S.A.
Peru	International Camiones del Perú S.A.
Chile	Corporación Educacional de la Sociedad Nacional de Agricultura FG - SNA EDUCA
Austrália	TAFE Queensland Skillstech
Peru	Sistemas Oracle del Perú S.A.
Peru	Asociación Civil Consejo Empresarial Colombiano - CEC
Peru	Ministerio del Ambiente - MINAM
Russia	Acuerdo Marco con Saint-Petersburg State Marine Technical University, The Russian Federation
Peru	Fondo Social Michiquillay - Cajamarca
Peru	Andes Technology
Peru	Convenio de Asociación con Marina Mejía
Peru	Cerámicas San Lorenzo S.A.C.
Peru	Ministerio de Energía y Minas y el Ministerio de defensa
Peru	Factoría Metálica HAUG S.A.
Peru	Laive S.A.
Peru	SKF del Perú S.A.
Peru	Mitsui del Perú Adenda
Japão	Mitsui & Co. Ltd. Adenda
Peru	Corporación Rey S.A.
Peru	Ministerio de Energía y Minas Adenda
Peru	Programa Nacional de Becas y Crédito Educativo

Fonte: Adaptado de SENATI, 2017. Disponível em http://www.senati.edu.pe/sites/default/files/archivos/2018/publicaciones/04/memoria_2017.pdf >

ANEXO C - Portaria da Diretora Superintendente do CEETEPS para criação da COGEP

sexta-feira, 19 de agosto de 2016 Diário Oficial Poder Executivo - Seção I São Paulo, 126 (156) – 41

PORTARIA DA DIRETORA SUPERINTENDENTE, DE 18-08-2016

A Diretora Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, no uso de suas atribuições legais e considerando: a importância da comunicação e das relações interpessoais na comunidade escolar a partir dos princípios previstos no artigo 206 da Constituição Federal; os princípios que norteiam a Lei de Diretrizes e Bases em seus artigos 3º e 14, quanto ao pluralismo de ideias, a liberdade e apreço a tolerância, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; a importância da participação da comunidade escolar por meio das instituições auxiliares no processo de tomada de decisões da escola, conforme artigos 3º e 110 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica constituída, junto à Unidade do Ensino Médio e Técnico e ao Gabinete da Superintendência, a Comissão de Gestão Participativa nas Escolas Técnicas Estaduais - Etecs.

Artigo 2º - A Comissão tem o objetivo de contribuir com o aprimoramento da comunicação e da consolidação das relações interpessoais com as instituições auxiliares da escola, tais como o Grêmio Estudantil, o Conselho de Escola, a Associação de Pais e Mestres e a Cooperativa Escola, nas Escolas Técnicas Estaduais - Etecs.

Artigo 3º - Ficam designados para integrarem a presente Comissão os seguintes servidores:

Pela Unidade do Ensino Médio e Técnico:

- I. Maria de Fátima Morina, RG 7.938.134-0 e Silvia Beltrane Cintra, RG 32.599.903-X, representando os Professores Coordenadores de Projeto responsáveis pelo Apoio e Orientação Educacional;
- II. Priscila Cristina Paiero, RG 24.174.080-0, Professora Coordenadora Responsável por Projetos - Área de Gestão Pedagógica do Grupo de Supervisão Educacional;
- III. Rodrigo de Oliveira Medeiros, RG 33.347.775-0, Professor Coordenador Responsável por Projetos - Área de Gestão de Legislação e Informação do Grupo de Supervisão Educacional;

- IV. Rosemeire de Fátima Ferraz, RG 18.949.739-7, Professora Coordenadora Responsável por Projetos - Área de Psicologia - Cetec Capacitações;
- V. Sandra Regina Ferraz de Campos dos Reis, RG 16.724.537-5 e Fernando Cesar Marins da Silva, RG 30.570.543-X, representando os Diretores das Etecs.

Pelo Gabinete da Superintendência:

- I. André Falchi Bueno, RG 19.343.117-8, Assessor Técnico da Superintendência;
- II. Gleise Fortes Santa Clara, RG 6.805.638, Assessora Técnica da Superintendência;
- III. Sonia Mardelei Rodrigues Charpentier, RG.14.176.489-2, Assessora Técnica da Superintendência.

Artigo 4º - Ficam designados os servidores Rodrigo de Oliveira Medeiros, RG 33.347.775-0 e Priscila Cristina Paiero, RG 24.174.080-0 para desempenharem as funções de Presidente e Secretária desta Comissão, respectivamente.

Artigo 5º - Os membros desta Comissão exercerão esta atividade, sem prejuízo de suas respectivas funções e sem ônus para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Artigo 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. - (Port. CEETEPS-GDS 1405)

ANEXO D – Resolução do Conselho Nacional de Cooperativismo

RESOLUÇÃO CNC Nº 23 - de 09 de fevereiro de 1982

Dispõe sobre a organização e funcionamento de Cooperativas-Escola.

O CONSELHO NACIONAL DE COOPERATIVISMO - CNC, em Sessão realizada em 09 de fevereiro de 1982, com base no que dispõem os incisos I,II e VIII2, do art.97, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, RESOLVEU:

I A Cooperativa organizada por alunos de estabelecimento de ensino agrícola classifica-se como Cooperativa-Escola;

II Além dos alunos integrantes do respectivo estabelecimento de ensino agrícola, poderão associar-se à Cooperativa-Escola o próprio estabelecimento e entidades a que o mesmo esteja vinculado;

III O estabelecimento de ensino se fará representar na Cooperativa-Escola por um professor-coordenador, com atribuições de coordenar suas atividades pedagógico-operacionais e poderes para praticar todos os atos administrativos, conjuntamente com a Diretoria ou com um ou mais diretores da Cooperativa-Escola na forma do estatuto;

(1) Publicado no D.O. de 15.02.82, pág. 22.766

(2) Houve engano da referência ao item VIII: o certo seria item VII.

IV A Cooperativa-Escola terá como objetivos básicos:

a) Educar os alunos dentro dos princípios do Cooperativismo e servir de instrumento operacional do processo de aprendizagem;

b) Objetivando a aquisição de material didático e insumos em geral, necessários ao exercício da vida escolar e do processo ensino-aprendizagem;

c) Realizar a comercialização dos produtos agropecuários, decorrentes do processo ensino-aprendizagem, bem como a prestação de outros serviços da conveniência do ensino e do interesse dos associados.

V Ao processo de autorização e registro da Cooperativa-Escola se aplica o disposto no art. 18, da Lei nº 5.764, de 16.12.71.

VI Poderão ingressar na Cooperativa-Escola os alunos de qualquer grau de ensino agrícola, maiores de 12 anos.

VII A incapacidade dos menores, relativa ou absoluta, será suprida na forma da legislação civil.

VIII A Cooperativa-Escola será administrada e fiscalizada somente por associados civilmente capazes, podendo contar com um Conselho de Representantes integrado por associados maiores de 16 anos.

IX A Cooperativa-Escola será sempre de responsabilidade limitada.

X Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ângelo Amaury Stábile

Presidente

ANEXO E – Extrato do Acordo de Cooperação entre o CEETEPS e o SENATI no Diário Oficial do Estado de São Paulo Publicado no DO em 14/07/2017

Partícipes: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e o Serviço Nacional de Treinamento em Trabalho Industrial – Senati de Lima - Perú.

O presente Convênio Marco tem por objeto contribuir à promoção, desenvolvimento e à capacitação técnica e científica dos recursos humanos do CEETEPS e do SENATI, através do intercâmbio e a transferência de conhecimentos e tecnologia, assim como do intercâmbio de material bibliográfico e didático de interesse assim como a execução dos projetos de interesse para ambas instituições, que permitam aperfeiçoar os programas curriculares de suas áreas técnicas, a planificação estratégica e a gestão da qualidade. Data de assinatura: 26-05-2017

Convênio Marco de Cooperação Interinstitucional Entre o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Ceeteps de São Paulo – Brasil e o Serviço Nacional de Treinamento em Trabalho Industrial – Senati de Lima - Perú

Consta pelo presente documento, o Convênio Marco de Cooperação Interinstitucional (a diante, o “Convênio”), que subscrevem de uma parte o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, autoridade estadual de um regime especial em virtude do artigo 15 da Lei 952, do dia 30-01-1976, associada e vinculada à Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, criado pelo Decreto Lei do dia 6 de outubro de 1969, com sede na Praça Fernando Prestes, 74 – São Paulo, Brasil, CNPJ/MF 62.823.257/0001-09 a quem doravante se denominará CEETEPS, devidamente representado por sua Diretora Superintendente, Laura Margarida Josefina Laganá, identificada com cédula de identidade RG 7.715.675-4 e CPF/MF 005.923.818-62 e da outra parte, o Serviço Nacional de Treinamento em Trabalho Industrial – SENATI, com R.U.C 20131376503, com domicílio na Avenida Alfredo Mendiola 3520, distrito da Independência, província e departamento de Lima, devidamente representado por seu Diretor Nacional, Gustavo Adolfo Alva Gustavson, identificado com o D.N.I. 08720663, com faculdades devidamente inscritas no Registro Nº A00073 da Partida Eletrônica 11013715 do Registro de Pessoas Jurídicas de Lima, a quem doravante se denominará SENATI; nos termos e condições estabelecidos nas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira.- Marco E Fins Institucionais Das Partes 1.1 CEETEPS é uma autarquia do governo do estado de São Paulo que administra cerca de 220 Escolas Técnicas Estaduais (ETEC) e 66 Faculdades de Tecnologia (FATEC) do mesmo estado. As ETECs atendem mais de 208 mil estudantes nos níveis de Ensino Médio e Ensino Técnico, para os setores industrial, agropecuário e de serviços, cerca de 138 especialidades. Nas FATECs, mais de 80 mil alunos estão distribuídos em 72 cursos superiores de graduação.

2 A partir de 2003 passou a oferecer também cursos de pós-graduação, principalmente o curso de Mestrado Profissional em Tecnologia: Gestão, Desenvolvimento e Formação, nas linhas de pesquisa em Formação Tecnológica, Tecnologia da Informação Aplicadas e Tecnologias Ambientais.

2.1 O SENATI em conformidade com a Lei 26272, Lei do Serviço Nacional de Treinamento em Trabalho Industrial – SENATI, modificada pela Lei 29672, é uma pessoa jurídica de direito público, de gestão privada, com autonomia técnica, pedagógica, administrativa e econômica, e com patrimônio próprio, que tem por finalidade proporcionar formação profissional e capacitação para a atividade industrial manufatureira e para os trabalhos de instalação, reparação e manutenção realizadas nas demais atividades econômicas.

Adicionalmente, SENATI desenvolve atividades de capacitação iguais ou diferentes às compreendidas anteriormente e participa em programas de pesquisa científica e tecnológica relacionadas com o trabalho industrial e temas relacionados.

Quando se faça menção do termo AS PARTES, este se referirá tanto ao CEETEPS como ao SENATI em conjunto.

Cláusula Segunda.- Declaração das Partes

O CEETEPS e o SENATI declaram sua vontade de participar de forma conjunta em atividades, projetos e programas no marco do presente Convênio, orientados à geração e transferência de conhecimentos e tecnologias necessários para o desenvolvimento econômico e social e para o aumento da capacidade do país no uso e aplicação da ciência e a tecnologia à atividade produtiva.

As missões de ambas instituições coincidem em quanto se propõem contribuir ao desenvolvimento econômico e social mediante a formação, a capacitação e atualização tecnológica de recursos humanos e o fomento ao desenvolvimento tecnológico e a pesquisa aplicada.

Cláusula Terceira.- Objeto do Convênio

O presente Convênio Marco tem por objeto contribuir à promoção, desenvolvimento e à capacitação técnica e científica dos recursos humanos do CEETEPS e do SENATI, através do intercâmbio e a transferência de conhecimentos e tecnologia, assim como do intercâmbio de material bibliográfico e didático de interesse assim como a execução dos projetos de interesse para ambas instituições, que permitam aperfeiçoar os programas curriculares de suas áreas técnicas, a planificação estratégica e a gestão da qualidade.

Cláusula Quarta.- Compromissos das Partes

As ações de cooperação técnica internacional previstas neste Convênio serão desenvolvidas por iniciativas DO CEETEPS e/ou DO SENATI dentro de suas possibilidades institucionais e pressupostas, mediante as seguintes modalidades:

4.1 Fortalecimento acadêmico e operativo dos programas de formação de ambas instituições.

4.2 Capacitação e aperfeiçoamento de funcionários, diretores, assessores, alunos, profissionais instrutores e pessoal administrativo de ambas instituições, através de cursos, seminários, congressos, estágios técnicos ou empresariais, seja de forma presencial e/ou virtual.

4.3 Intercâmbio e envio de especialistas para o desenvolvimento de ações e trabalhos em áreas de interesse institucional

4.4 Intercâmbio de estudantes com o fim de realizar transferência tecnológica em temas de interesse conjunto assim como de intercâmbio cultural.

4.5 Participação conjunta em fóruns, seminários e demais atividades informativas e de divulgação das atividades que impactem o fortalecimento dos setores econômicos e industriais relacionados com cada instituição.

4.6 Promover outras atividades e/ou projetos que resultem de interesse para as Partes, de acordo a seus fins institucionais.

4.7 Fomentar a participação de ambas instituições em feiras e olimpíadas de interesse conjunto.

4.8 Manter permanente comunicação entre as Partes, que permita identificar oportunidades para gerar novos serviços de formação e/ou capacitação profissional e serviços técnicos segundo demanda detectada, e outros que sejam de interesse de ambas instituições.

Cláusula Quinta.- Desenvolvimento das Atividades

As atividades de implementação deste Convênio Marco e os compromissos estabelecidos Pelas Partes na Cláusula Quarta deste Convênio, serão desenvolvidos através de Planos Operacionais e/ou Projetos Específicos, nos quais se incluirão como mínimo, os objetivos, a justificativa, os participantes, os recursos financeiros, humanos, técnicos e suas fontes, o cronograma de atividades e lugar onde se realizarão as atividades, publicações de resultados, atividades de difusão, responsáveis e responsabilidades e outros que acordem as Partes.

Porém, a requerimento e consideração de alguma das Partes Se poderão elaborar Convênios Específicos. Neste caso, as Partes definirão como mínimo, o objeto de cada Convênio Específico, as atividades a serem realizadas, os recursos econômicos a serem utilizados para seu financiamento, as obrigações específicas de cada uma das Partes e as causas de resolução correspondentes.

Os Convênios Específicos se regerão por suas próprias cláusulas, respeitando as disposições do presente Convênio Marco, pelo que serão desenvolvidos em documento separado e assinado por ambas as Partes.

Cláusula Sexta.- Coordenação do Convênio

A coordenação do presente Convênio Marco será responsabilidade do Comitê de Coordenação integrado pela Assessora de Relações Internacionais do CEETEPS ou a pessoa que se designe; e o Gerente de Desenvolvimento, o Gerente Acadêmico e o Diretor Zonal do SENATI da sede onde se desenvolvem as atividades, ou o delegado que se designe, quem se reunirão presencial ou virtualmente, mínimo duas (2) vezes ao ano ou quando as Partes o considerem necessário, para o projeto e implementação da proposta referida na Cláusula Terceira.

As atividades, projetos e programas técnicos e os correspondentes planos Operacionais e/ou projetos específicos serão analisados e aprovados pelo Comitê de Coordenação e quando sua natureza o exija serão coordenados por uma equipe de trabalho especializado designado de comum acordo.

Cada ano se definirão os programas técnicos e os temas específicos prioritários que serão objeto dos projetos e ações de cooperação e constituirão a base para o projeto e formulação dos planos Operacionais e/ou projetos específicos correspondentes. Desta forma, o Comitê de Coordenação verificará a execução das diferentes atividades, projetos e programas e fará o seguimento e avaliação necessários com a periodicidade que se acorde em cada caso.

Os integrantes do Comitê de Coordenação poderão ser substituídos pelas partes segundo suas necessidades. Portanto, bastará uma comunicação simples dirigida ao domicílio da contrapartida apontando, com no mínimo de cinco (5) dias úteis, a substituição.

Cláusula Sétima.- Relação Laboral

As partes reconhecem que o presente convênio marco é de natureza civil. Por tanto, fica estabelecido que o pessoal comissionado por cada uma Das Partes não estará sujeito a relação de dependência junto à outra parte, e continuará sob a direção e dependência da instituição à que pertença. Fica expressamente estabelecido que o pessoal que eventualmente seja deslocado ou enviado por uma das Partes manterá em todo o momento uma relação laboral (vínculo de subordinação) com seu empregador e se submeterá, no lugar de sua ocupação, às disposições, normas e regulamentos da instituição na qual se ocupe.

Cada uma das instituições garantirá as melhores condições possíveis para o cumprimento das funções e atividades dos especialistas e técnicos que recebam durante o desenvolvimento do presente Convênio.

Cláusula Oitava.- Regime de Colaboração e Financiamento As Partes concordam em definir que se tratando de um Convênio Marco de Cooperação Interinstitucional, o mesmo não supõe nem implica transferência de recursos econômicos nem em custos de qualquer tipo de compensação entre as duas instituições.

As atividades que se executem no cumprimento deste Convênio Marco de Cooperação se realizarão sem atribuir maiores gastos do que o previsto para as tarefas que institucionalmente tem, tanto o CEETEPS quanto o SENATI, conforme a suas competências e a seus respectivos orçamentos.

O financiamento das ações, projetos e programas específicos se definirá conjuntamente entre As Partes, podendo-se utilizar recursos próprios DO CEETEPS e/ou DO SENATI ou bem das agências de cooperação internacional ou de entidades nacionais ou internacionais que não imponham ou representem compromissos institucionais que estejam fora de seus alcances. Ambas partes estarão sujeitas a suas disponibilidades orçamentárias existentes.

Cláusula Nona.- Propriedade Intelectual

Os direitos sobre a propriedade intelectual ou industrial que se possam derivar ou gerar como consequência ou em virtude dos trabalhos realizados sob a vigência do presente Convênio e que se encontrem, direta ou indiretamente, vinculados ou relacionados às atividades próprias Das Partes e ao desenvolvimento de seu objeto social serão de titularidade exclusiva de cada uma das Partes, sujeito ao regulamento nas disposições legais aplicáveis sobre a matéria.

Qualquer outro direito de propriedade intelectual ou industrial que se possa derivar ou gerar da relação entre As Partes em virtude deste Convênio Marco se gerará concedendo o reconhecimento correspondente a quem tenham intervindo na execução dos trabalhos respectivos, na proporcionalidade e equidade que As Partes estabeleçam para cada caso.

Em todos aqueles casos que, como consequência e em aplicação dos acordos aqui estabelecidos, o CEETEPS e/ou o SENATI considerem necessário fazer uso dos logotipos ou marcas de sua contrapartida, deverão contar previamente com autorização escrita, especificando a aplicação correspondente (seja gráfica ou eletrônica e sobre qualquer suporte) e o tipo de uso solicitado.

Cláusula Décima.- Confidencialidade

As Partes se obrigam a manter em estrita reserva e absoluta confidencialidade qualquer informação trocada, facilitada ou criada entre elas no cumprimento de suas obrigações, assim como toda classe de documentos, informativos emitidos, base de dados e informações aos que, em execução do presente Convênio Marco, tenham acesso.

Esta obrigação está referida, mas não limitada aos documentos, listados e informação contida em qualquer tipo de suporte, de titularidade de cada uma das Partes, que não sejam de conhecimento público, e qualquer outra informação à que por necessidade do Convênio Marco se tenha acesso, a qual não poderá ser utilizada para fins distintos dos conducentes ao objeto do Convênio Marco.

As Partes se comprometem a informar a cada um de seus colaboradores que guardem relação com Convênio Marco, sobre a confidencialidade da informação que lhe foi revelada, obrigando-se a tomar todas as medidas e precauções razoáveis que garanta sua não divulgação por parte de sua equipe, responsabilizando-se pelo não cumprimento de seus dependentes e os danos que isso possa resultar.

No caso de se alguma das Partes For acionada por alguma autoridade administrativa ou jurídica para revelar informações e/ou documentações ao que se refere a presente cláusula, a Parte acionada deverá notificar assim que possível à outra parte, para que sejam adotadas as medidas que considere necessárias. Neste caso específico, esta revelação não se considerará como causal de não cumprimento ao pacto de confidencialidade descrita na presente cláusula.

As Partes não poderão manter copia da informação confidencial que tiverem recebido durante a execução do Convênio Marco, exceto caso isso derive de uma obrigação legal estabelecida pela legislação peruana e brasileira.

Se isenta da obrigação de confidencialidade que se refere a presente cláusula, os seguintes casos:

- a. No caso de que a informação seja de conhecimento público ao momento celebrado do Convênio Marco ou em caso se converta em informação de conhecimento público.
- b. No caso de que a informação seja requerida pelas autoridades administrativas ou jurídicas.

O não cumprimento do estabelecido na presente cláusula por uma Das Partes, dará a faculdade à outra parte de executar automaticamente o Convênio Marco e a exigir indenização pelos danos e prejuízos que ocorrem em decorrência desta ação.

As obrigações de confidencialidade contidas na presente cláusula subsistirão indefinidamente com força e vigor ainda depois de terminado ou vencido o prazo do presente Convênio Marco.

Cláusula Décima Primeira.- Proteção de Dados Pessoais

As Partes se obrigam a realizar a recopilação e tratamento dos dados pessoais e/ou as bases de dados pessoais aos que possam ter acesso em virtude das obrigações do Convênio Marco, conforme o estabelecido na Lei 29733 – Lei de Proteção de Dados Pessoais e seu Regulamento aprovado por Decreto Supremo 003-2013-JUS, e se for o caso, suas normas modificações ou esclarecimentos, e qualquer outra norma que seja de cumprimento obrigatório relacionada à proteção de dados pessoais, assumindo cada uma sua responsabilidade em caso de não cumprimento da normatividade referida.

As Partes se obrigam a tratar os dados pessoais e/ou bases de dados pessoais aos que tenham acesso em virtude do Convênio Marco seguindo as medidas de segurança de índole técnica e organização prevista e exigíveis pela normatividade referida no parágrafo precedente, a fim de garantir a segurança dos dados pessoais e/ou bases de dados pessoais, evitando sua alteração, perda, tratamento ou acesso não autorizado.

Cláusula Décima Segunda.- Alcance, Prazo e Vigência do Convênio

O presente Convênio Marco, de cobertura no âmbito nacional, entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá uma vigência de cinco (5) anos.

As Partes concordam expressamente que este Convênio Marco se prorrogará automaticamente por períodos iguais, sempre que uma das partes não comunica a outra sua decisão, por escrito, com uma antecipação de ao menos trinta (30) dias prévios à data de finalização do Convênio.

Cláusula Décima Terceira.- Cessão

As Partes não poderão ceder, total ou parcialmente, os direitos e obrigações derivadas do presente Convênio a nenhuma pessoa natural ou jurídica, salvo autorização prévia, expressa e escrita da outra parte.

Cláusula Décima Quarta.- Aspectos não Previstos

Os aspectos não previstos no presente Convênio e as modificações que as Partes estimem convenientes introduzir se determinarão de comum acordo via a assinatura de um adendo.

Cláusula Décima Quinta.- Resolução do Convênio

As Partes poderão resolver o presente Convênio nos seguintes casos:

a. Por mútuo acordo das Partes. Para o qual será necessária a assinatura do documento no qual conste a resolução contratual.

b. Para caso fortuito ou força maior devidamente comprovada.

c. Pela impossibilidade devidamente comprovada de executar o objeto do Convênio devido a causas não imputáveis Das Partes. Nos supostos citados nos literais b e c será necessária a assinatura do documento no qual conste a resolução contratual, ou em sua falta, a resolução se comunicará à outra parte, mediante carta notarial e surtirá efeitos a partir do dia seguinte de sua recepção.

d. Por não cumprimento das seguintes obrigações no presente Convênio. Para tal efeito, a parte afetada solicitará à outra, mediante carta notarial, o cumprimento da obrigação não cumprida, outorgando-lhe um prazo não menor de quinze (15) dias calendário. Vencido dito prazo sem que se haja cumprido a obrigação requerida, o Convênio ficará resolvido de pleno direito.

Em caso de não existir prorrogação ou de proceder à resolução antecipada do presente Convênio Marco, não se afetará a conclusão das ações de cooperação que tiverem sido formalizadas durante sua vigência.

Fica expressamente estabelecido, que as Resoluções causais de Convênio ficarão estabelecidas em cada um dos convênios específicos, que se derivem do presente Convênio Marco, atendendo as causas que premia cada convênio

Sem prejuízo das disposições na presente Cláusula, qualquer das Partes poderá dar por encerrado o presente Convênio, a partir de notificação prévia, por escrito à outra com antecipação de sessenta (60) dias garantindo a conclusão das atividades que se encontrem em execução.

A rescisão e/ou resolução do presente Convênio procederá de acordo às normas do [Código Civil](#).

Cláusula Décima Sexta. - Solução de Controvérsias

Pela presente cláusula, as Partes Acordam que qualquer controvérsia ou reivindicação que surja de, ou se relacione com a execução e/ou interpretação do presente convênio, será resolvido em primeiro prazo, mediante o trato direto.

Unicamente no caso de não alcançar uma solução mediante esta via, a controvérsia ou litígio derivado ou relacionado com este ato jurídico será resolvido mediante arbitragem de direito, a cargo de um tribunal arbitral, de conformidade com as normas contidas no Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio de Lima, a cujas normas, administração e decisão se submetem as Partes em forma incondicional, declarando conhecê-las e aceitá-las em sua integridade.

O tribunal estará composto por três (3) membros, dois designados por cada uma das Partes, os que a sua vez designará ao terceiro, quem presidirá o tribunal arbitral. No caso das Partes não se colocar de acordo e/ou não estiver conformado o tribunal, a designação do (ou dos) árbitro (s) faltante (s) será realizada pelo Centro de Treinamento da Câmara de Comércio de Lima.

O laudo arbitral será irrecorrível, definitivo e obrigatório para as Partes, não podendo ser recorrido ante o Poder Judicial ou ante qualquer instancia administrativa.

Cláusula Décima Sétima.- Domicílio e Notificações

Para os efeitos do presente Convênio Marco, as Partes apontam as direções consignadas na parte introdutória do presente Convênio, como seus domicílios legais, onde deverão efetuar-se todas as notificações. A mudança de domicílio de qualquer das Partes surtirá efeito desde o dia útil seguinte à data de comunicação escrita de dita mudança à outra parte.

Cláusula Décima Oitava.- Conformidade

Em sinal de conformidade e aceitação do conteúdo do presente Convênio, as Partes assinam em dois (2) exemplares originais e igualmente válidos na cidade de Lima, aos 26 dias do mês de maio de 2017.

Data de assinatura: 26-05-2017